

Participação Comunitária e  
Conservação de Áreas Protegidas  
Lições do Projeto PALOMAP



GISELE BÖLZANI  
KAREN FOLLADOR KARAM



---

Participação Comunitária e  
Conservação de Áreas Protegidas  
Lições do Projeto PALOMAP

---

GISELE BOLZANI  
KAREN FOLLADOR KARAM



# FICHA TÉCNICA

## **SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS)**

Organização não-governamental brasileira fundada em 1984 em Curitiba (PR), que tem como missão trabalhar pela conservação da natureza. Desenvolvido especialmente na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná, o trabalho da SPVS concentra-se na Floresta Atlântica – um dos ecossistemas mais ricos, mas também um dos mais ameaçados da Terra.

### **AUTORES**

**GISELE BOLZANI** – consultora independente, com formação em engenharia química e psicologia, atua na área de educação e processos de aprendizagem em grupos. Foi responsável pela coordenação dos trabalhos do projeto PALOMAP desenvolvido na região de Guaraqueçaba, no Brasil.

**KAREN FOLLADOR KARAM** – consultora independente, antropóloga com doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Profunda conhecedora da região de Guaraqueçaba, atualmente desenvolve trabalho no campo do consumo sustentável, em particular de alimentos agroecológicos.

### **COLABORADORES**

Glória Lúcia Abduch Silva Santos, Elenise Angelotti Bastos Sipinski, Andréa Caro Carrillo, Tamara Simone Van Kaick, Carolina Ximenes de Macedo.

### **FOTOS DA CAPA**

Rossana de Mello, exceto papagaio-de-cara-roxa, na contracapa (Zig Koch)

### **REVISÃO DE TEXTO**

Cristiane Bachmann e Ricardo Gomes Luiz

### **PROJETO GRÁFICO**

Infinity Serviços

### **IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

Xinef Gráfica e Editora

## PATROCINADORES

THE NATURE CONSERVANCY (TNC) – Organização não-governamental sem fins lucrativos criada em 1951 nos Estados Unidos. Sua missão é *preservar plantas, animais e ecossistemas que representam a diversidade biológica da Terra, através da proteção das terras e águas necessárias à sua sobrevivência*. A TNC está presente em 29 países e tem mais de um milhão de associados. No Brasil, o início de sua atuação data de 1994.

A TNC do Brasil mantém escritórios em Brasília, São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belém, integrando os programas desenvolvidos no Brasil com o Paraguai, a Colômbia, a Venezuela e os EUA. A SPVS é parceira da TNC desde 1991 e atua com foco na conservação da Floresta Atlântica no Paraná.

FUNDAÇÃO FORD – Organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo. Atua principalmente através de doações e empréstimos que constroem e divulgam o conhecimento, apoiam a experimentação e promovem o desenvolvimento de indivíduos e organizações.

As opiniões e idéias apresentadas neste documento são de inteira responsabilidade das autoras, não sendo necessariamente respaldadas pelas entidades patrocinadoras.

# ÍNDICE

LISTAS DE ABREVIACOES, FIGURAS, QUADROS E MAPAS . . . . .	07
AGRADECIMENTOS . . . . .	09
INTRODUO . . . . .	11
PARTE 1 – METODOLOGIA PALOMAP E PROJETO PALOMAP NO BRASIL	
METODOLOGIA PALOMAP . . . . .	17
PROJETO PALOMAP NO BRASIL . . . . .	21
PARTE 2 – CONTEXTO ESTUDADO	
INSTITUIO EXECUTORA DAS INICIATIVAS AVALIADAS . . . . .	31
AMBIENTE ONDE SE DESENVOLVERAM AS INICIATIVAS INVESTIGADAS . . . . .	35
ESTUDOS DE CASO . . . . .	39
PARTE 3 – LIOES APRENDIDAS	
PERGUNTAS GUIAS E LIOES APRENDIDAS . . . . .	55
CONSIDERAOES FINAIS . . . . .	65
REFERNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	68



# LISTA DE ABREVIACÕES, FIGURAS, QUADROS E MAPAS

## ABREVIACÕES

APA - Área de Proteção Ambiental  
FLACSO - Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais  
FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
IAP - Instituto Ambiental do Paraná  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IPC - Iniciativa Participativa de Conservação  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
PALOMAP - Participação Local no Manejo de Áreas Protegidas  
PICD - Projeto Integrado de Conservação e Desenvolvimento  
RECAV - Reserva Ecológica Cayambe-Coca  
SAA - Sistema de Abastecimento de Água  
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Estado do Paraná  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental  
TNC - The Nature Conservancy  
USAID - United States Agency for International Development

## FIGURAS

Fig. 1 - Seqüência do processo de investigação de um estudo PALOMAP  
Fig. 2 - Aspectos que influenciam uma iniciativa participativa de conservação  
Fig. 3 - Áreas de competência na abordagem participativa de conservação  
Fig. 4 - Ângulos para avaliação de uma iniciativa participativa de conservação  
Fig. 5 - Elementos que constituem uma iniciativa participativa de conservação

## QUADROS

Quadro 1 - As fases do programa PALOMAP  
Quadro 2 - Perguntas guias  
Quadro 3 - Tipos de iniciativas participativas de conservação  
Quadro 4 - Tipos de participação local em projetos de conservação  
Quadro 5 - Planejamento estratégico do Programa Guaraqueçaba - 1993  
Quadro 6 - Síntese das ações do Projeto Saúde Comunitária  
Quadro 7 - Síntese das ações do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa

## MAPAS

Mapa 1 - Localização da APA de Guaraqueçaba  
Mapa 2 - Zonas ambientais da APA de Guaraqueçaba  
Mapa 3 - Localização da Ilha Rasa



## AGRADECIMENTOS

Este livro só se tornou possível graças à colaboração de muitas pessoas, instituições e comunidades. Nossos agradecimentos à SPVS, pela oportunidade, confiança e irrestrita colaboração, particularmente dos técnicos envolvidos nas iniciativas analisadas pelo projeto PALOMAP.

Aos moradores das comunidades da Ilha Rasa, pela participação no trabalho de coleta de dados e pela preciosa manifestação de opiniões sobre os resultados das iniciativas desenvolvidas em sua região.

Aos membros das instituições direta e indiretamente envolvidas nos estudos de caso -- SANEPAR, Batalhão da Polícia Ambiental, FUNASA e Universidade Federal do Paraná --, pelas informações e percepções relatadas.

Aos membros da equipe do projeto Palomap do Equador, pelo incentivo e apoio dispensados.



# INTRODUÇÃO

A população do planeta cresce continuamente, assim como a demanda por bens e serviços gerados, em sua grande maioria, dentro de modelos de desenvolvimento não sustentáveis<sup>1</sup>. Uma das conseqüências dessa situação é o aumento significativo dos riscos de alteração, esgotamento e extinção dos recursos naturais e da biodiversidade em todo o mundo.

Esses efeitos são particularmente visíveis nas regiões onde a pobreza e os baixos níveis de educação da população, não raro explorados por complexas cadeias de interesses econômicos, determinam comportamentos incompatíveis com a conservação do meio ambiente, incluídas as áreas de proteção ambiental.

Assim, constata-se com freqüência que áreas protegidas<sup>2</sup>, em diversas regiões do mundo, são palco de conflitos de interesses, em geral envolvendo de um lado as populações locais, que reivindicam seu direito ao uso dos recursos naturais, e de outro organismos e entidades que trabalham em prol da conservação desses recursos.

O reconhecimento da complexidade da questão *conservação X uso* fez surgir o pressuposto, hoje amplamente aceito, de que o sucesso de iniciativas de conservação em áreas protegidas sujeitas à pressão humana depende da inclusão das populações locais no desenho, execução e monitoramento de resultados dessas iniciativas.

A premissa de que tal participação favorece o atingimento dos objetivos conservacionistas passou a ser aceita por organizações governamentais e não-

<sup>1</sup> Não faz parte do escopo desse trabalho uma discussão mais aprofundada do conceito de sustentabilidade. O uso desse termo refere-se, salvo considerações em contrário, a um conjunto de usos e práticas que permite a manutenção de determinadas características dos processos e sistemas naturais, em especial sua capacidade de criação e auto-regeneração.

<sup>2</sup> No Brasil, as áreas protegidas são denominadas Unidades de Conservação, cuja normatização é definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pelo Decreto Lei nº 9.985, de julho de 2000.

governamentais, dando origem a uma diversidade de iniciativas envolvendo comunidades não urbanas, das quais as *iniciativas participativas de conservação* (IPC) ou *projetos integrados de conservação e desenvolvimento* (PICD) são exemplos bastante difundidos.

Entretanto, ao número crescente de iniciativas<sup>3</sup> participativas não tem correspondido um conjunto equivalente de evidências que comprovem sua eficácia como mecanismo de conservação. Faltam informações que permitam avaliar os resultados dos trabalhos desenvolvidos, seja em relação aos impactos das iniciativas sobre as áreas protegidas, seus recursos naturais e sistemas biológicos, seja em relação às condições socioeconômicas e culturais das comunidades envolvidas (POATS, 2000).

A maioria das iniciativas tem se desenvolvido em um contexto de aprendizagem, no qual nem sempre são claras as definições adotadas para conceitos chaves como “participação”, “comunidade” ou “desenvolvimento”; em muitas situações não estão explícitas sequer as relações entre participação local e objetivos de conservação, o que torna particularmente difícil a tarefa de avaliação de resultados e de identificação de fatores que influenciaram o grau de êxito alcançado.

A partir da análise desse cenário foi criado, em 1996 no Equador, o programa Participação Local no Manejo de Áreas Protegidas (PALOMAP), financiado pela Fundação Ford e executado pela The Nature Conservancy (TNC), em parceria com instituições dos países participantes.

O programa foi concebido para *investigar os reais impactos da participação local sobre a conservação de áreas protegidas e sobre as comunidades* presentes no seu interior e/ou entorno. Os dois objetivos centrais do PALOMAP podem ser assim formulados:

- *Desenvolver uma metodologia de investigação que permita a avaliação sistemática de impactos biológicos e socioeconômicos de iniciativas participativas de conservação;*
- Recolher e disseminar “lições aprendidas” a partir de estudos de caso baseados em iniciativas concretas de conservação que envolveram, em maior ou menor grau, a participação de populações locais.

Ao longo de sete anos o programa PALOMAP realizou estudos no Equador, no Peru e no Brasil, em três fases distintas de atividades, conforme mostrado no Quadro 1.

<sup>3</sup> Iniciativa, neste contexto, tem o mesmo significado de projeto.

*Quadro 1 - As três fases do programa PALOMAP.*

<p>Fase I (1995-97)</p>	<p>No Equador: Análise comparativa de iniciativas desenvolvidas na Reserva Ecológica Cayambe-Coca (RECAJ); Estabelecimento do marco conceitual do PALOMAP; Parceria TNC e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).</p>
<p>Fase II (1997-99)</p>	<p>No Equador: Investigação quanto aos aspectos legais da participação comunitária na conservação de áreas protegidas; Investigação quanto à efetividade de microempresas comunitárias no contexto de iniciativas participativas de conservação; Realização de estudos sobre processos e efeitos da colonização na zona baixa da RECAJ e sobre relações dos governos locais com a reserva.</p> <p>No Peru: Análise comparativa de iniciativas desenvolvidas na Reserva Pacaya-Samiria, utilizando a metodologia desenvolvida na primeira fase do programa; Estabelecimento de comitê interinstitucional, com objetivo de desenvolver trabalho conjunto na elaboração de novo plano de gestão para a Reserva.</p>
<p>Fase III (99-2002)</p>	<p>No Equador: Realização de oficina de capacitação em planos de manejo comunitários.</p> <p>No Peru: Desenvolvimento de planos de manejo para comunidades da Reserva Pacaya-Samiria.</p> <p>No Brasil<sup>4</sup>: Realização de estudo PALOMAP a partir de iniciativas desenvolvidas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, no litoral sul do Brasil.</p>

<sup>4</sup>No Brasil, a metodologia PALOMAP também foi utilizada para capacitação institucional de organização não-governamental ambiental baseada no Estado do Acre e atuante na região amazônica (S.O.S. Amazônia). Neste processo, entretanto, não foi realizado estudo completo com base na análise de iniciativas participativas de conservação.



PARTE 1

---

METODOLOGIA PALOMAP E  
PROJETO PALOMAP NO BRASIL

---



## METODOLOGIA PALOMAP

*Participação Local no Manejo de Áreas Protegidas* – PALOMAP – é uma metodologia no sentido amplo da palavra, desenvolvida com o objetivo último de identificar, com base em estudos de caso, elementos que permitam aprimorar o desenho, a implantação e a manutenção das iniciativas participativas de conservação<sup>5</sup>.

Sua proposta não é proceder avaliações de desempenho visando qualificar as iniciativas analisadas, mas sim compreender tanto os acertos quanto os erros das iniciativas estudadas, estabelecendo, a partir dessa compreensão, *lições* que possam ser aplicadas a outras situações e iniciativas.

A metodologia PALOMAP está centrada em um conjunto de *perguntas guias* estabelecido no início do processo pela equipe responsável pela investigação. Tais perguntas constituem a principal inovação metodológica introduzida pelo PALOMAP e são a chave do seu processo analítico; permitem a articulação entre as diferentes áreas de conhecimento e suas ferramentas de investigação, possibilitando, ao final, uma leitura das relações entre *conservação, participação local e impactos*.

Com as perguntas guias procura-se:

- Identificar e avaliar os impactos<sup>6</sup> das iniciativas sobre a biodiversidade, os recursos naturais e a qualidade de vida das populações afetadas;
- Compreender e avaliar o desenho, a execução e o monitoramento das iniciativas, verificando sua adequação ao contexto local e aos objetivos de conservação, assim como sua equidade;

<sup>5</sup> Iniciativas participativas de conservação são iniciativas – ou projetos – cujos objetivos estão voltados à conservação e à melhoria de qualidade de vida das populações que delas participam, sendo essas populações ao mesmo tempo beneficiárias e agentes do processo.

<sup>6</sup> Impactos são definidos aqui como fatos que causam mudanças no cenário local. Todo impacto é um resultado, mas nem todo resultado é um impacto. Por exemplo: novas informações, que geram aprendizado, constituem muitas vezes resultados importantes de uma iniciativa, mas que não têm, necessariamente, impacto sobre a realidade concreta e imediata.

- Compreender o processo de participação e a relação entre este e os resultados alcançados;
- Analisar as variáveis institucionais, para estabelecer as relações entre o paradigma que sustenta a atuação da organização executora e de sua equipe, as características do projeto e os resultados por ele alcançados.

Mantido o conteúdo essencial, cada equipe, em cada processo analítico do PALOMAP elabora seu próprio conjunto de perguntas, trazendo à tona os aspectos mais pertinentes das experiências avaliadas.

*Quadro2 – Conjuntos de perguntas guias utilizados pelas equipes de investigação dos projetos PALOMAP levados a cabo no Equador, no Peru e no Brasil.*

Perguntas	
Projeto PALOMAP Equador	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 A iniciativa (participativa de conservação) está diretamente relacionada às ameaças à área protegida?</li> <li>2 Qual foi a relação planejada entre os resultados esperados da iniciativa e os objetivos da conservação?</li> <li>3 Foram planejadas formas de medir a efetividade conservacionista e a equidade da iniciativa?</li> <li>4 Qual foi o tipo de participação na iniciativa conservacionista e quais foram suas vantagens e desvantagens com relação aos resultados para a conservação?</li> <li>5 Foram apropriados o tipo e a escala da iniciativa participativa, com relação ao tipo e à prioridade da ameaça enfrentada?</li> <li>6 Foram geradas novas ameaças ou foram incrementadas as existentes, em decorrência da iniciativa de conservação participativa?</li> </ol>
Projeto PALOMAP Peru	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Quais foram os impactos ecológicos, econômicos e socioculturais produzidos pela iniciativa participativa?</li> <li>2 Qual foi a relação identificada entre os resultados esperados da iniciativa e os objetivos de conservação?</li> <li>3 Foram apropriadas as características da iniciativa em relação ao tipo, escala e nível de prioridade das ameaças enfrentadas?</li> <li>4 De que maneira a iniciativa participativa levou em conta o contexto sociocultural e econômico da comunidade em que foi implantada?</li> <li>5 Quais foram os tipos de participação nas diferentes etapas da iniciativa? Quais foram os fatores que influenciaram os processos de participação e quais suas vantagens e desvantagens em relação aos resultados esperados de conservação?</li> <li>6 Foram desenvolvidos mecanismos para avaliar a participação e os impactos da iniciativa?</li> </ol>

Projeto PALOMAP Brasil	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Quais foram os impactos produzidos pela iniciativa? Foram geradas novas ameaças ou aumentadas as existentes em função da iniciativa participativa?</li> <li>2 De que maneira a iniciativa levou em consideração os aspectos sociocultural, econômico e político-institucional da comunidade onde foi implantada?</li> <li>3 Qual a relação identificada entre os resultados esperados da iniciativa e os objetivos de conservação?</li> <li>4 As estratégias adotadas, em termos do tipo da iniciativa, escala e duração, foram adequadas perante as ameaças enfrentadas?</li> <li>5 Que ações foram planejadas e executadas para avaliar a efetividade da iniciativa, em termos conservacionistas, e sua equidade, em termos sociais?</li> <li>6 Quais foram os tipos de participação nas diferentes etapas da iniciativa? Que fatores influenciaram os processos de participação e quais suas vantagens e desvantagens em relação aos objetivos esperados de conservação?</li> <li>7 As estratégias e ações foram concebidas dentro de um marco conceitual institucional claro e transparente (para a instituição, os técnicos e a população local)?</li> </ol>
------------------------	--

Para responder às perguntas guias diferentes análises são necessárias, envolvendo aspectos biológicos, sociais e econômicos. Essas análises podem demandar levantamentos e estudos prévios, como por exemplo o zoneamento socioeconômico da área protegida em que se desenvolve a iniciativa.

De modo geral, a investigação de uma iniciativa participativa de conservação realizada de acordo com a metodologia PALOMAP envolve as seguintes análises:

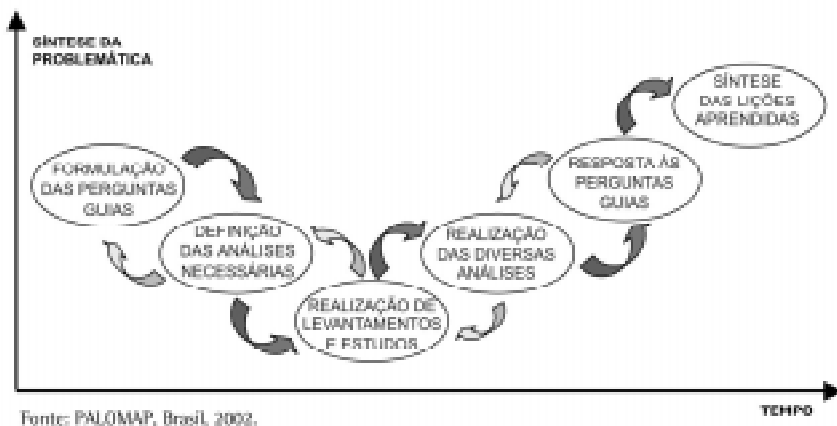
- Do contexto local, com ênfase nos aspectos econômicos e socioculturais, nos atores e relações de poder e nas ameaças à biodiversidade e recursos naturais;
- Do tipo de iniciativa desenvolvida;
- Dos níveis de participação local promovidos pela iniciativa;
- De aspectos institucionais relativos à instituição executora;
- Da natureza e extensão dos impactos biológicos, econômicos, sociais, etc., tanto positivos quanto negativos, produzidos pela iniciativa.

A complexidade é a característica principal das questões e perguntas propostas pelo PALOMAP. *Complexus* significa “o que foi tecido junto”. Assim, as análises devem superar a tendência usual de ver a realidade como a soma de uma série de realidades parciais (ecológica, econômica, social, histórica, legal, cultural).

A flexibilidade do estudo PALOMAP permite variações significativas na profundidade das diferentes análises e nas ferramentas de investigação utilizadas, refletindo a diversidade de contexto local e de formação, crenças e valores dos profissionais que executam o estudo.

A consistência metodológica é garantida pelas perguntas guias; são elas que asseguram a integração das informações e das reflexões, possibilitando a obtenção, pela avaliação de diferentes iniciativas, de resultados comparáveis entre si. A etapa de estabelecimento das perguntas guias tem, portanto, importância crítica para a qualidade do processo de investigação e dos resultados a que ele pode conduzir.

*FIG. 1 – Seqüência do processo de investigação de um estudo PALOMAP. As setas escuras representam a seqüência direta das etapas. As setas claras indicam a possibilidade, dentro de determinados limites, de reavaliação e complementação, ou mesmo reformulação, de cada etapa a partir das reflexões e conclusões de etapas posteriores.*



Fonte: PALOMAP, Brasil, 2002.

# PROJETO PALOMAP NO BRASIL

O programa PALOMAP estendeu suas atividades ao Brasil por intermédio de articulações da The Nature Conservancy (TNC) com instituições brasileiras envolvidas com a conservação participativa. Em 2000, ficou definida a realização de estudo em torno de iniciativas de conservação desenvolvidas em comunidades localizadas na Área de Proteção Ambiental (APA)<sup>7</sup> de Guaraqueçaba<sup>8</sup>, no litoral norte do Estado do Paraná.

A realização da edição brasileira do projeto PALOMAP esteve ao encargo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS). Esta organização não-governamental, com sede em Curitiba, no Paraná, há cerca de 10 anos desenvolve intensa atuação na região da APA de Guaraqueçaba, unidade de conservação caracterizada por abrigar um dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica e um complexo estuarino de grande relevância para a biodiversidade regional, nacional e mundial.

Em função de circunstâncias cujo detalhamento foge às intenções dessa publicação, o projeto PALOMAP realizado no Brasil pela SPVS apresentou algumas diferenças significativas em relação aos estudos anteriores:

No Brasil	Nas versões anteriores
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Foram analisadas iniciativas de uma única instituição executora;</li><li>▪ A instituição executora das iniciativas avaliadas foi responsável pela realização do processo de investigação;</li><li>▪ O foco principal das investigações recaiu sobre as relações entre os aspectos institucionais e as iniciativas desenvolvidas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Tanto no Equador quanto no Peru o projeto PALOMAP avaliou iniciativas de diferentes instituições;</li><li>▪ Os estudos de caso foram conduzidos por equipes independentes, sem vínculos com as instituições executoras das iniciativas;</li><li>▪ Pouca ou nenhuma ênfase foi dada aos aspectos institucionais.</li></ul>

<sup>7</sup> Área de Proteção Ambiental é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a APA “é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC 2000).

<sup>8</sup> Uma descrição sucinta da APA de Guaraqueçaba é apresentada na Parte 2 desta publicação, no tópico *Ambiente onde se desenvolveram as iniciativas analisadas*.

## ESTUDOS DE CASO

O processo analítico do PALOMAP foi aplicado a dois projetos desenvolvidos pela SPVS há vários anos junto a comunidades de pescadores da Ilha Rasa<sup>9</sup>, localizada no ambiente estuarino da APA de Guaraqueçaba. A escolha desses projetos como estudos de caso deu-se em função da *natureza* e do *tempo de duração* das iniciativas desenvolvidas, embora aspectos de localização e acesso também tenham sido considerados, com vistas a otimizar a logística das viagens de campo.

O primeiro dos projetos escolhidos (Projeto Saúde Comunitária, Educação Ambiental e Conservação em Guaraqueçaba), iniciado em 1994 e com atividades sendo desenvolvidas até hoje, é voltado prioritariamente ao desenvolvimento comunitário e o vínculo de seus objetivos com as questões de conservação é indireto. A estratégia central repousa na melhoria das condições de saúde da população local como forma de melhorar a qualidade de vida dessas populações e estabelecer com elas uma relação de confiança. A idéia é que dessa relação de confiança possam ser desenvolvidas outras estratégias, mais diretamente relacionadas com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

O segundo projeto escolhido pelo PALOMAP (Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa) é voltado à problemática da conservação de uma espécie endêmica da região, o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), adotado pela SPVS como espécie bandeira de sua atuação na região de Guaraqueçaba. Esse projeto foi iniciado no final de 1997 com duas linhas principais de atuação: pesquisa biológica e educação ambiental.

Embora nenhum dos dois projetos escolhidos se enquadre integralmente na definição de *iniciativa participativa de conservação* (ver nota 5), até dezembro de 2000, ponto de corte das avaliações do projeto PALOMAP, tais projetos representavam sete anos de atuação continuada da SPVS na Ilha Rasa, período durante o qual foi realizada uma grande variedade de atividades, voltadas tanto à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade quanto à melhoria da qualidade de vida da população local. A variedade das atividades desenvolvidas, aliadas a características do contexto local e da instituição executora, determinaram o interesse do PALOMAP pelos projetos da Ilha Rasa, apesar da necessidade de algumas adaptações na metodologia de investigação.

No período investigado, os projetos analisados experimentaram inúmeras mudanças nas equipes responsáveis, nas estratégias e nas ações desenvolvidas, em um processo contínuo e complexo de aprendizado e de adaptação à realidade local e às condições de financiamento das atividades. Em função disso, houve necessidade de adoção de alguns recortes, com vistas a estabelecer limites

<sup>9</sup> Informações sobre Ilha Rasa são apresentadas na Parte 2 desta publicação, no tópico *Ambiente onde se desenvolveram as iniciativas analisadas*.

temporais e temáticos em torno dos quais pudessem ser aplicadas as perguntas guias. Tais recortes permitiram analisar algumas iniciativas específicas dentro de ambos os projetos, entendendo aqui iniciativa como o conjunto de ações que se desenvolveram em torno de uma determinada estratégia, como por exemplo *desenvolvimento de alternativa de renda por meio de artesanato* ou *implantação de infra-estrutura de saneamento*.

O estabelecimento desses recortes constituiu um dos pontos polêmicos do projeto PALOMAP na SPVS, com forte questionamento por parte dos técnicos responsáveis pelas iniciativas avaliadas quanto aos possíveis impactos dos mesmos nos resultados da investigação. Porém, além de serem necessários para possibilitar a aplicação da metodologia, tais recortes permitiram a conclusão do processo analítico dentro dos prazos do projeto, sem impactos expressivos sobre as *lições aprendidas*.

Mesmo se eventualmente a compreensão sobre algum aspecto específico das iniciativas analisadas tenha sido afetada pelos recortes do projeto, é importante ressaltar que o PALOMAP não tem intenção de qualificar as iniciativas avaliadas, mas sim analisar sistemicamente diferentes iniciativas, levadas a cabo em diferentes contextos, de forma a aprender lições gerais sobre o que funciona melhor ou pior quando se trata de promover a participação local nos esforços de conservação.

## Equipe e processo de investigação do PALOMAP

A equipe responsável pelas investigações do PALOMAP foi constituída por apenas duas profissionais<sup>10</sup>, ambas consultoras independentes com passagens anteriores pela SPVS. As consultoras contaram com o apoio irrestrito de técnicos e diretores da instituição, que entenderam as análises do PALOMAP como uma oportunidade ímpar de aprendizado. Essa situação levou ao estabelecimento formal de um terceiro objetivo para o projeto, que veio somar-se àqueles estabelecidos nas versões anteriores do estudo:

- Contribuir para o desenvolvimento da competência institucional no campo da participação comunitária nos projetos de conservação da biodiversidade.

A maior proximidade da equipe PALOMAP com a instituição executora possibilitou livre acesso às informações e permitiu um olhar mais detalhado sobre as influências de aspectos institucionais na condução e nos resultados das iniciativas avaliadas. Embora o vínculo entre a equipe responsável pela investigação e a SPVS tenha introduzido riscos para a imparcialidade das análises e avaliações, as observações e conclusões resultantes relativas aos aspectos institucionais compensaram amplamente tais riscos e constituíram, provavelmente, a contribuição mais importante deste estudo.

<sup>10</sup> Gisele Bolzani e Karen Follador Karam.

O projeto PALOMAP brasileiro teve duração menor do que suas edições anteriores, tendo sido realizado entre setembro de 2001 e setembro de 2002. As atividades aconteceram em quatro etapas:

Etapa I – *Preparação*: setembro de 2001;

Etapa II – *Investigação*: entre outubro de 2001 a fevereiro de 2002;

Etapa III – *Análises*: entre março e junho de 2002;

Etapa IV – *Consolidação e divulgação dos resultados*: entre julho e setembro de 2002.

Após a conclusão da etapa analítica foi desenvolvido um trabalho interno de divulgação e reflexão sobre resultados, do qual participou a maior parte do corpo técnico da SPVS. Este processo de consolidação das *lições aprendidas* constituiu um dos principais benefícios obtidos pela instituição com a realização do PALOMAP.

### Análises e ferramentas de investigação

As diferentes análises desenvolvidas foram feitas com base:

- Na experiência prévia de parte da equipe do PALOMAP relativa à região de Guaraqueçaba e Ilha Rasa;
- Nos conhecimentos acumulados pela SPVS e seus técnicos;
- Na ampla documentação sobre a região disponível na instituição;
- Nos dados e informações coletados nas comunidades locais e entre representantes de instituições com as quais a SPVS desenvolveu algum tipo de parceria nos projetos analisados.

Embora o PALOMAP não determine as ferramentas a serem empregadas nos levantamentos e análises, o fato de a participação local ser um dos objetivos principais de investigação leva muito facilmente à idéia de que deve haver o uso intensivo de técnicas e ferramentas de investigação participativas. A equipe do PALOMAP, entretanto, concluiu que o envolvimento da população local tende a produzir nas comunidades expectativas irrealizáveis quanto a possíveis desdobramentos do processo de investigação, mesmo que os objetivos da investigação sejam prévia e claramente apresentados. O manejo dessas expectativas, que variam muito de uma situação para outra, exige atenção e cuidado, sob o risco de gerar frustrações e resistências a futuros trabalhos.

Assim, em função principalmente do contexto local observado na época do estudo, e também das características das iniciativas avaliadas e das limitações dos recursos disponíveis, o envolvimento dos moradores da Ilha Rasa nas investigações do PALOMAP foi reduzido a um mínimo indispensável.

Realizaram-se duas oficinas com a população local, uma em cada uma das duas comunidades principais da ilha. Nessas oficinas aplicaram-se técnicas de

investigação participativa, como a montagem da *linha do tempo*. Entrevistas abertas individuais completaram os levantamentos com a população local. Tanto nas oficinas como nas entrevistas, procurou-se trabalhar com atores sociais representantes dos diferentes segmentos e grupos sociais. Como essa representatividade nem sempre foi alcançada, a análise das informações exigiu grande atenção por parte dos investigadores, no sentido de evitarem-se generalizações não procedentes. O estudo não deu nenhuma ênfase especial às questões de gênero.

Para a análise do *tipo das iniciativas* e dos *processos participativos* por elas promovidos, utilizaram-se os referenciais teóricos desenvolvidos nos estudos anteriores e sintetizados nos quadros apresentados nas próximas páginas (Quadro 3 e Quadro 4), em que são mostradas as tipologias de *Iniciativas Participativas de Conservação* e de *Participação Local* empregadas pelo PALOMAP.

Na *análise institucional* utilizou-se o esquema mostrado na Fig. 2 da página 28. Este esquema, desenvolvido com base nas investigações das iniciativas da SPVS, funcionou como um mapa, com o qual foi possível organizar os inúmeros fatores – metodológicos, institucionais e pessoais – que influenciam a condução e os resultados das iniciativas participativas de conservação.

Na *análise de impactos*, um dos pontos chave da metodologia PALOMAP, não se efetuaram estudos específicos para avaliação dos resultados biológicos<sup>11</sup> das iniciativas. As justificativas para isso foram a maior ênfase dada ao contexto institucional, a natureza das iniciativas avaliadas e, finalmente, as restrições orçamentárias do próprio projeto PALOMAP. Assim, as observações e conclusões do PALOMAP com relação aos impactos biológicos das iniciativas analisadas basearam-se fundamentalmente nas informações disponíveis nos relatórios dos projetos analisados ou obtidas através de entrevistas realizadas com técnicos da instituição e moradores locais.

*Quadro 3 – Tipologia de iniciativas participativas de conservação utilizada pelo PALOMAP (POATS, 2000)*

Tipos de iniciativas conservacionistas	
1	Melhoramento do uso atual dos recursos naturais;
2	Uso não-extrativo de recursos naturais;
3	Compensação em dinheiro, serviços e/ou infra-estrutura para diminuir atividades que ameaçam a área, os recursos naturais e/ou a biodiversidade;
4	Microempresas para aumentar a renda da população e assim diminuir a pressão sobre os recursos naturais;
5	Financiamento ou subsídio para o resguardo da área de proteção ambiental;
6	Pagamento por uso de material genético;
7	Incentivos legais para a conservação.

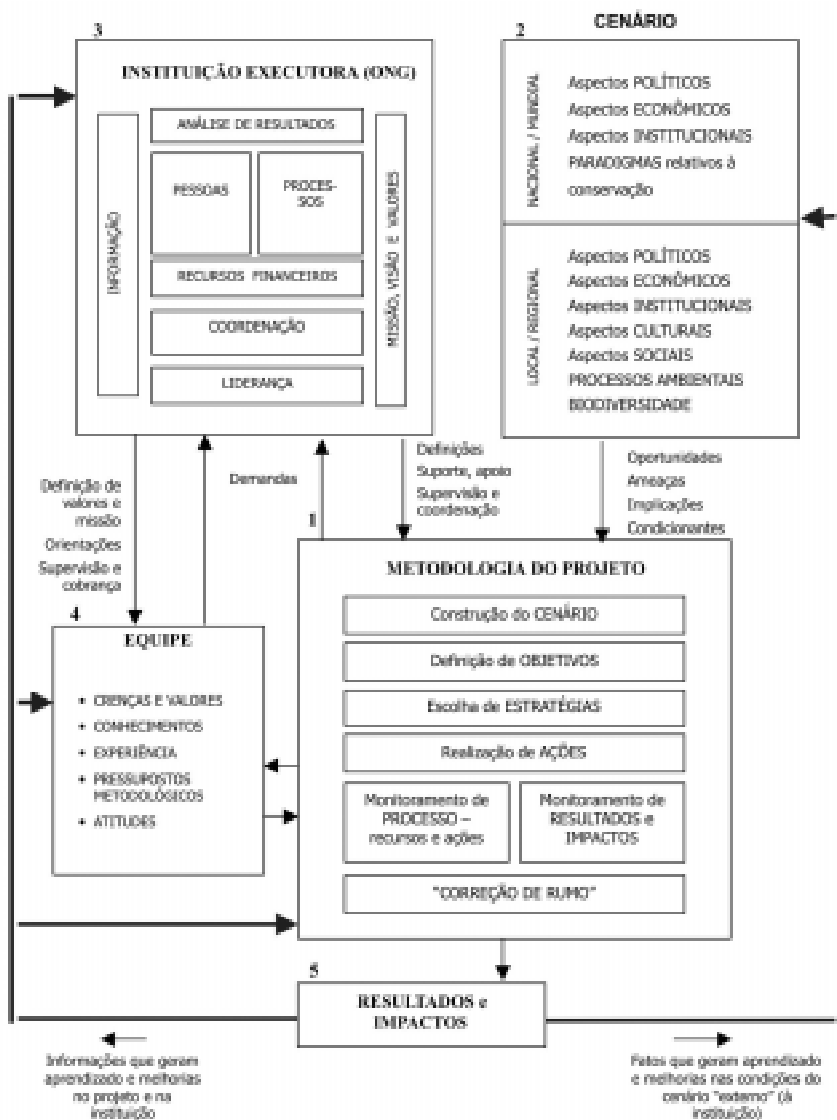
<sup>11</sup> Resultados “biológicos” referem-se aqui a alterações, objetivamente verificadas, nas condições de flora e fauna.

*Quadro 4 – Tipos de participação local em iniciativas de conservação, conforme tipologia adotada pelo projeto PALOMAP (PANUNCIO, 1999)*

Tipo	Definição	Indicadores de participação		
		Decisão operativa	Decisão estratégica	Fluxo de informação
Coercitiva	A participação é obrigatória. A idéia de realizar a iniciativa participativa de conservação vem de fora, geralmente de agentes externos que promovem a participação. O fornecimento de informações é unidirecional: os agentes de fora só informam sobre o que já foi decidido, sem consulta. A tomada de decisões é realizada pelos agentes externos, que também são os donos das informações e conhecimentos produzidos.	Externa	Externa	Unidirecional
Passiva	A participação é voluntária, embora a idéia de participação continue vindo de fora, a provisão de informações seja unidirecional e a tomada de decisões seja feita exclusivamente pelos agentes externos, que detêm o direito sobre novas informações e conhecimentos.	Externa	Externa	Unidirecional
Contratual	A participação é solicitada e acordada por meio de um contrato formal. A idéia vem de fora, o fluxo de informações é unidirecional na maior parte do tempo e os líderes do projeto tomam decisões e possuem as informações.	Externa maior que local	Externa	Unidirecional
Consultiva	Relação tipo "médico-paciente". A idéia vem de fora, porém o fluxo de informações já começa a ser bidirecional, levando em conta as opiniões e necessidades locais. Os agentes externos tomam as decisões na maioria das vezes, mas podem modificá-las em função de informações obtidas na comunidade. Os donos de informações e conhecimentos seguem sendo os agentes externos.	Externa maior que local	Externa maior que local	Bidirecional débil

Colaborativa	A idéia de participação também vem de fora, porém o grupo local já tem um papel mais proeminente no processo de tomada de decisão, muitas vezes com propostas próprias. O fluxo de informação é bidirecional e a propriedade da informação começa a ser compartilhada. Geralmente existe um compromisso de longo prazo e uma interação continuada. Mantém-se, entretanto, as diferenças de hierarquia entre os agentes de fora e a comunidade.	Externa igual à local	Externa maior que local	Bidirecional médio
Coletada	A idéia de participação vem de fora, porém a tomada de decisões, tanto estratégicas quanto operacionais, é negociada, buscando fortalecer a capacidade local para negociar, tomar decisões e distribuir recursos, poder de maneira mais equitativa. O fluxo de informações é bidirecional e a propriedade da informação é compartilhada.	Externa menor que ou igual à local	Externa igual à local	Bidirecional alto
Autogerenciada	A idéia é local. A comunidade se organiza em torno de um problema e de sua solução, sem iniciativa externa. O grupo local busca seus próprios meios para resolver o problema ou implementar atividades de conservação. Pode buscar ajuda de técnicos e especialistas externos, porém quem controla o processo é a comunidade. A informação flui de maneira bidirecional e a tomada de decisões pode ser compartilhada, mantendo-se, entretanto, a comunidade como responsável. Os dados da informação e do conhecimento são os agentes locais.	Externa menor que ou igual à local	Externa menor que local	Bidirecional alto

FIG. 2 – Conjuntos de aspectos que influenciam uma iniciativa participativa de conservação. Segundo esta ferramenta, a forma e o impacto da participação da população resultam de condições relativas a cenário, desenho, execução e monitoramento do projeto, e às características da equipe e da instituição responsáveis pela sua execução.



PARTE 2

---

CONTEXTO ESTUDADO PELO PROJETO  
PALOMAP NO BRASIL

---



# INSTITUIÇÃO EXECUTORA DAS INICIATIVAS AVALIADAS

A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) é uma organização não-governamental paranaense fundada em 1984, voltada à conservação da natureza.

Em 1991, a partir da realização de amplo estudo, do qual resultou o Plano Integrado para a Conservação da Região de Guaraqueçaba (SPVS, 1992), a instituição passou a concentrar seus trabalhos na região da APA de Guaraqueçaba, onde a pressão crescente sobre os recursos naturais, ameaçando seriamente a rica e particularmente bem-conservada biodiversidade local, alimenta os questionamentos e os impasses da questão *conservação X uso*.

Com base no Plano Integrado, que definiu as principais linhas de ação necessárias para a consolidação da APA de Guaraqueçaba como uma unidade de conservação funcional, a SPVS criou o Programa Guaraqueçaba, posteriormente denominado Programa Papagaio-de-Cara-Roxa, que reúne, desde então, os principais projetos da instituição na região.

Entre os principais financiadores dos projetos da SPVS na APA de Guaraqueçaba estão o Ministério do Meio Ambiente (Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA), United States Agency for International Development (USAID), Fundação Ford, empresa Johnson & Johnson, além de doadores particulares. Mais recentemente, as empresas General Motors, Texaco e American Electric Power têm contribuído com recursos para o desenvolvimento dos projetos de “seqüestro de carbono”<sup>12</sup> implantados pela SPVS na região a partir de 1999.

Com a criação do Programa Guaraqueçaba, em 1992, ficou estabelecido que a atuação da SPVS na região se daria em três frentes: *pesquisa, ação*

<sup>12</sup> Os projetos de “seqüestro de carbono” da SPVS têm como uma de suas finalidades a captura do dióxido de carbono da atmosfera e sua fixação na biomassa da floresta em crescimento. Os projetos são respaldados pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Visam auxiliar a redução e a mitigação das emissões de gases responsáveis pela intensificação do efeito estufa e do conseqüente fenômeno do aquecimento global. Com esses projetos, a SPVS pretende devolver à Floresta Atlântica áreas recuperadas por meio do plantio de espécies nativas e do estabelecimento de planos de conservação ambiental. As comunidades do entorno das áreas onde os projetos são desenvolvidos são beneficiadas com a geração de empregos diretos, a busca alternativas sustentáveis de renda e ações de educação ambiental.

*comunitária e articulação e políticas públicas.* No final de 1992 foi realizado o primeiro planejamento estratégico da organização, que resultou no Plano Estratégico para o Programa Guaraqueçaba - 1993. Definiram-se os objetivos e as estratégias de atuação do Programa Guaraqueçaba e a criação de cinco subprogramas (Quadro 5), nos quais se enquadraram os projetos da instituição.

*Quadro 5 – Programa Guaraqueçaba – Planejamento Estratégico – 1993*

Objetivo superior	Objetivos gerais	Subprogramas
Executar ações integradas de conservação nas áreas de pesquisa, educação, articulação e políticas públicas, tendo como referência o Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Obter conhecimento mínimo necessário para o estabelecimento de modelos de conservação;</li> <li>▪ Integrar intra e interinstitucional de forma a majorar os esforços na região e evitar ações duplicadas ou incompatíveis;</li> <li>▪ Criar uma imagem positiva da SPVS a nível local (todos os subprogramas, através dos projetos em execução, mas principalmente gestão);</li> <li>▪ Garantir recursos financeiros para 1994, considerando os projetos em execução e os que necessitam financiamento;</li> <li>▪ Desenvolver medidas efetivas de conservação do patrimônio e dos recursos naturais;</li> <li>▪ Promover a integração da população local nos processos de conservação da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Patrimônio Natural (PN);</li> <li>▪ Recursos Naturais Renováveis (RNR);</li> <li>▪ Uso e Ocupação do Espaço (UOE);</li> <li>▪ Áreas Críticas (AC);</li> <li>▪ Educação Ambiental (EA).</li> </ul>

Fonte: SPVS, 1993.

Fatores internos e externos fizeram com que ao longo dos anos o processo de atuação da SPVS na região de Guaraqueçaba sofresse modificações em relação aos objetivos e estratégias estabelecidos em 1992/93.

Entre os fatores internos, podem ser apontados como os mais importantes:

- Instabilidade no fluxo de recursos financeiros, com a conseqüente falta de horizonte de mais longo prazo, tanto para projetos quanto para o desenvolvimento institucional;
- Necessidade de adequar os projetos às condições de financiamento de diferentes patrocinadores;
- Fragilidade dos processos internos de planejamento e monitoramento de resultados;

- Ausência de políticas e estratégias claras relativas à participação local;
- Resistências internas ao Plano Estratégico elaborado em 1992.

Quanto às influências externas sobre a atuação da SPVS na região, as mais significativas estiveram sempre relacionadas a conflitos com grupos locais e regionais contrários a qualquer restrição ao uso e à exploração dos recursos naturais da região.

Ao iniciar sua atuação na região de Guaraqueçaba, a SPVS pode verificar a complexidade que a presença humana dentro e no entorno da APA acrescia ao cenário local. Percebeu então que não era possível trabalhar com conservação sem envolver-se com as questões sociais.

Naquela época, a cooperação interinstitucional era vista como a melhor forma da SPVS lidar com as questões sociais. Assim, pensou-se o Plano Integrado de 1991/92 como uma contribuição para o trabalho de órgãos e instituições aptos a responsabilizarem-se pelas várias e diferentes frentes de ação demandadas pela região. Quando a expectativa de ver as ações sendo efetivamente realizadas por quem de direito mostrou-se, por razões diversas, fadada à frustração, a SPVS optou então por executar projetos demonstrativos de conservação que incluíssem as dimensões econômica e social.

Durante muito tempo, a opção por uma atuação mais “social”, as implicações dela decorrentes e as estratégias para sua realização foram motivo de importantes divergências internas na instituição. Além disso, a complexidade da promoção da conservação em área onde é permitido o uso *sustentável* dos recursos naturais impôs à SPVS o domínio de competências que ela estava longe de possuir no início de sua atuação na região de Guaraqueçaba. A história da organização pode, assim, ser entendida como um longo, e às vezes difícil, processo de aprendizado.

Em 1999, a SPVS iniciou a compra de terras na região de Guaraqueçaba, com vistas à implantação dos projetos de “seqüestro de carbono”, numa decisão polêmica tanto dentro quanto fora da instituição. Internamente, alguns viam nessa estratégia uma oportunidade ímpar para recuperação de grandes áreas e para o estabelecimento de planos de atuação de longo prazo; outros alegavam que tais projetos permitem às empresas investidoras “comprar o direito de poluir”. Externamente, houve questionamentos quanto às reais intenções da SPVS, à origem dos recursos empregados nas aquisição das terras e à equidade de um possível processo de remoção de moradores das áreas compradas.

Tanto interna quanto externamente os questionamentos foram sendo equacionados, e até abril de 2002, um total de aproximadamente 20 mil hectares de terras haviam sido adquirido pela SPVS<sup>13</sup>, constituindo três reservas de conservação e recuperação ambiental. Os “projetos de seqüestro de carbono”,

<sup>13</sup> As terras compradas pertenciam, em sua maioria, a grandes proprietários rurais.

como são conhecidos internamente, são responsáveis pela maior parte dos recursos captados e aplicados pela SPVS atualmente. Para o diretor executivo da instituição, “(...) *os projetos de seqüestro de carbono são meio. Não somos uma instituição que cuida de aquecimento global; o que sempre quisemos e continuamos querendo fazer em Guaraqueçaba é conservação*”.

A aquisição de terras e a conseqüente necessidade de administração desse patrimônio promoveu aumento expressivo na complexidade operacional da instituição, ao mesmo tempo em que impôs novos desafios relativos ao envolvimento das comunidades próximas às áreas das reservas.

Atualmente, esforços importantes são voltados ao desenvolvimento organizacional, especialmente no que diz respeito à melhoria dos processos de gestão, à capacitação dos seus membros e à consolidação do planejamento estratégico. Tais objetivos criam condições para um processo de aprendizagem intenso, do qual a realização do projeto PALOMAP faz parte, junto com outros esforços de avaliação e reflexão, em áreas como *educação ambiental e relações institucionais*.

Neste contexto, observa-se também uma reflexão importante a respeito do *marco conceitual*<sup>14</sup> da organização. Embora determinante para a compreensão das ações e resultados alcançados por uma instituição e/ou pelos projetos por ela executados, a identificação do marco conceitual nem sempre é tarefa fácil. Assim, se todos na SPVS estão de acordo que a missão da organização é a conservação – e portanto é esse o objetivo maior de sua atuação na APA de Guaraqueçaba–, observam-se divergências sobre o alcance deste termo. Enquanto para alguns ele parece referir-se mais restritamente à questão da biodiversidade, para outros deve necessariamente incluir pessoas e culturas. Nesse contexto, a discussão em torno da pergunta se as pessoas (membros das comunidades locais) são meio (para viabilizar a conservação dos recursos naturais) ou são um fim em si tem acontecido com certa recorrência dentro da instituição, ao longo dos últimos anos.

Em 1997, quando o programa de atuação da SPVS na região de Guaraqueçaba passou a chamar-se Programa Papagaio-de-Cara-Roxa, a cartilha distribuída para organizações parceiras e para a população local registrou da seguinte forma os objetivos da instituição:

*“O chauá, ou papagaio-de-cara-roxa, é o novo símbolo da SPVS em Guaraqueçaba. A partir de agora, todo e qualquer projeto da SPVS nessa região, principalmente dentro da Área de Proteção Ambiental, vai ser acompanhado dessa nova marca. Não só porque*

<sup>14</sup> Por marco conceitual designa-se aqui o embasamento filosófico da prática institucional, que determina e condiciona suas opções estratégicas e metodológicas. Esta expressão nem sempre foi entendida de imediato durante o projeto PALOMAP e sua utilização exigiu repetidos esclarecimentos.

*o papagaio-de-cara-roxa é uma espécie protegida pela instituição – que tem um projeto específico para isso, Mas, principalmente, por ele simbolizar a conservação como um todo. É simples: se você continuar encontrando o papagaio na região é porque o ecossistema, de um modo geral, está em boas condições. Porque as águas estão limpas, o ar despoluído, as matas e os mangues preservados. O que não significa que a gente não tenha muito trabalho pela frente: contra o tráfico de animais, investindo em pesquisa, manejo e preservação. Não esquecendo de melhorar a qualidade de vida da população local. Programa Papagaio-de-cara-roxa. Porque se é preciso deixar alguma marca em Guaraqueçaba, que seja a da conservação ambiental.”*

Em 2000, a missão da SPVS foi formalmente expressa nos seguintes termos:

*“A SPVS trabalha pela conservação da natureza, através da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais.”*

Mudanças de cenários e de paradigmas, associadas à complexidade crescente dos problemas e das soluções que eles demandam, têm exigido esforços importantes de reflexão por parte das instituições ligadas à questão ambiental. Sem discutir sua missão de trabalhar pela conservação da natureza, a SPVS tem procurado compreender e fazer compreender as implicações dessa missão, sua fundamentação, seu alcance e suas limitações. Observam-se avanços significativos, mesmo que o processo através do qual essa reflexão acontece e o nível de envolvimento dos membros da instituição possam ainda ser melhorados.

## AMBIENTE ONDE SE DESENVOLVERAM AS INICIATIVAS INVESTIGADAS

As iniciativas analisadas pelo projeto PALOMAP conduzido pela SPVS foram desenvolvidas em comunidades da Ilha Rasa, na APA de Guaraqueçaba.

Criada em 1985, no litoral norte do Estado do Paraná, a cerca de 300 km da capital do estado, (ver Mapa 1, pág. 45) esta APA é, como todas as demais, uma unidade de conservação de uso sustentável. Tem, portanto, o objetivo básico

de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais<sup>15</sup>.

Com uma extensão aproximada de 314.000 hectares, a APA de Guaraqueçaba é constituída de planaltos, montanhas e planícies costeiras, com altitudes que variam de 0 m até os cerca de 1.900 m do Pico Paraná, ponto culminante da região. Na cobertura vegetal predominam a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica) e seus sistemas associados, que, em razão de fatores históricos e geográficos, se mantiveram relativamente inalterados nessa região. Parte do maior remanescente contínuo dessa floresta, que no passado cobria uma extensa faixa de terra ao longo da costa brasileira, que ia do Estado do Rio Grande do Norte até o Rio Grande do Sul (SPVS, 1992), está localizada na região da APA de Guaraqueçaba.

A APA abriga uma das maiores regiões estuarinas do Brasil, com aproximadamente 550 km<sup>2</sup> de área submersa (SPVS, 1992) e vastas extensões recobertas por associações vegetais de mangues e marismas. Neste ambiente, um dos que menos têm sofrido impactos de atividades antropogênicas em toda costa sul-sudeste brasileira, encontram-se espécies animais de valor econômico e comercial, como peixes e camarões, além de variada fauna na qual se destacam répteis e mamíferos delphinídeos. Baleias-francas podem ser vistas no período de reprodução.

No início da década de 1990, dada sua relevância em termos ambientais, a APA de Guaraqueçaba recebeu reconhecimento mundial, passando a integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, criada em 1991 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

As principais ameaças à conservação ambiental na APA de Guaraqueçaba dizem respeito, no ambiente continental, ao desmatamento e à pressão sobre a fauna e a flora decorrentes da estrutura fundiária da região, da extração de palmito, do comércio ilegal de espécies animais e vegetais e do turismo sem planejamento. No ambiente estuarino, os problemas principais estão relacionados à exploração intensiva de recursos pesqueiros e à extração vegetal do mangue, bem como ao assoreamento dos rios que desembocam no estuário, à poluição e à contaminação das águas por uso de agrotóxicos.

A população de Guaraqueçaba é de cerca de 8.200 pessoas (IBGE, 2000), das quais aproximadamente 70% vivem na área rural, em comunidades espalhadas pelos ambientes continental e estuarino. Nas comunidades continentais, onde está a maioria da população rural, a principal atividade é a agricultura. A pesca, praticada principalmente no interior do estuário, é a principal atividade das comunidades estuarinas, onde se coleta caranguejo, siri e ostra.

<sup>15</sup> Conforme disposição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985, de julho de 2000).

Essa população pertence à categoria de população tradicional, formada basicamente por famílias “caboclas” que residem na região há mais de dois séculos, descendentes de portugueses, índios e negros, com alguma miscigenação com alemães, suíços e franceses de antigas colônias ali instaladas (KARAM, 1996). Cerca de 20% da população local adulta é analfabeta e mais da metade dos indivíduos acima de 15 anos são considerados analfabetos funcionais.

Da mesma forma como ocorre em outras APA do país, em Guaraqueçaba a legislação ambiental impeditiva decorrente da implantação da unidade de conservação passou a ser fonte de atrito entre as populações locais e os órgãos fiscalizadores.

Em 2001, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) elaborou a proposta de zoneamento para a APA, na qual são definidas três zonas de proteção, sete zonas de conservação e cinco zonas de ocorrência ambiental. (Ver Mapa 2, pág. 46)

As zonas de proteção têm como função principal proteger os sistemas naturais existentes, considerados de alta peculiaridade ambiental e de alta suscetibilidade a riscos ambientais; as zonas de conservação têm como função principal permitir a ocupação do território sob condições adequadas de manejo e utilização dos recursos ambientais; e as zonas de ocorrência ambiental são locais representativos de sistemas ambientais particulares que ocorrem de forma dispersa ou isolada em quaisquer das zonas ambientais estabelecidas para a APA de Guaraqueçaba.

Localizada no ambiente estuarino da APA de Guaraqueçaba, Ilha Rasa tem área total de aproximadamente 10,5 km<sup>2</sup>. A ilha faz parte do complexo estuarino lagunar localizado entre o litoral norte do Estado do Paraná e o litoral sul do Estado de São Paulo, que, inúmeros fatores, constitui um criadouro extraordinário para espécies da fauna marinha (SPVS,1999). (Ver Mapa 3, pág. 47)

Em termos de cobertura vegetal, Ilha Rasa é caracterizada por três diferentes formações: manguezais e campos salinos, restingas e florestas. Na área de floresta, a vegetação atinge até 30 metros de altura (SPVS,1999).

De acordo com a proposta de zoneamento da APA, o território da ilha está majoritariamente dentro de *zonas ambientais de conservação*, onde é permitido o uso manejado de recursos. No entanto, algumas porções são *zonas ambientais de proteção*, que se referem particularmente aos manguezais.

Segundo registros orais, a ocupação da ilha remonta ao início do processo de ocupação do litoral paranaense. A população, composta basicamente por pescadores artesanais, atualmente está organizada em quatro comunidades: Ilha Rasa, Ponta do Lanço, Almeida e Mariana. Somente na segunda metade da década de 1990 a população passou a ter acesso à água potável de boa qualidade e à energia elétrica.

A chegada da água e da luz provocou o aumento da população local, a construção de casas de veraneio e a intensificação do consumo de bens duráveis (eletrodomésticos e eletroeletrônicos). Se em 1994 a população total da ilha somava 364 habitantes, em 1998 o número de habitantes já era de 436 nas quatro comunidades (SPVS, 1999), com maior concentração na de Almeida. A população local é bastante jovem, e a educação formal disponível restringe-se aos quatro primeiros anos do ensino fundamental.

As mulheres, além das atividades domésticas, auxiliam nas atividades pesqueiras. Algumas delas exercem diretamente a pesca, seja do peixe, seja do camarão; a coleta de ostras, de siri e bacucus é uma atividade normalmente exercida por mulheres e crianças. Também é cada vez mais freqüente a presença das mulheres na coleta do caranguejo e a maioria delas é responsável, na atualidade, por preparar as armadilhas (“lacinho”) usadas na captura dessa espécie.

Nas comunidades da Ilha Rasa, as relações sociais e produtivas estão assentadas na unidade familiar (KARAM, 1996). As relações familiares são essenciais no processo de transmissão do conhecimento, do saber-fazer da atividade produtiva e dos valores, princípios e símbolos que alimentam a cultura e a formação da identidade.

O inevitável aumento da influência dos centros urbanos mais próximos, decorrente da pressão demográfica e de transformações sociais e econômicas de impacto regional e mesmo nacional, tem provocado profundas alterações na organização e na dinâmica social das comunidades da Ilha Rasa. A introdução da televisão, a partir da chegada da energia elétrica, foi um fator que acelerou sobremaneira esse processo.

Como não podia deixar de ser, o aumento populacional e o surgimento de hábitos de consumo até então inexistentes têm provocado impactos sobre os recursos naturais e a biodiversidade local.

A extração de madeiras, especialmente o guanandi (*Calophyllum brasiliensis*), utilizadas para construção de casas, canoas e remos, é feita sem técnicas de manejo adequadas, com impacto sobre a flora e a fauna local. Uma das espécies mais ameaçadas é o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), ave para a qual o guanandi é de fundamental importância, tanto como fonte de alimentação quanto como dormitório e nidificação. (SPVS, 1999)

Outro aspecto da questão ambiental na região da Ilha Rasa diz respeito à redução da quantidade e da variedade de recursos pesqueiros, em decorrência das condições em que é praticada a pesca na região. A pesca industrial realiza-se na plataforma continental por grandes embarcações, munidas de equipamentos sofisticados que localizam cardumes e promovem a sua captura integral; a pesca artesanal, por sua vez, acontece dentro do estuário e muitas vezes assume caráter predatório por conta das práticas e artefatos empregados.

Aumento populacional e introdução de novos hábitos de consumo por um lado, redução das quantidades de recursos pesqueiros e restrições impostas pela legislação ambiental por outro, são fatores que fazem a questão da geração de renda ser crítica para as comunidades da Ilha Rasa. Nesse sentido, a iniciativa mais concreta já realizada na ilha diz respeito ao início, há cerca de sete anos, do cultivo de ostras por alguns pescadores da comunidade de Almeida. Atualmente apoiado pela Universidade Federal do Paraná, o projeto ainda não apresenta impactos econômicos importantes.

A comercialização da produção dos pescadores da Ilha Rasa é feita por negociantes locais que transportam e vendem a mercadoria no mercado de Paranaguá, centro urbano mais próximo. A maior parte da produção dos pescadores locais é comercializada por duas das famílias da ilha, não havendo nenhum tipo de organização entre elas, que atuam como competidoras.

## ESTUDOS DE CASO

### PROJETO SAÚDE COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSERVAÇÃO EM GUARAQUEÇABA

O Projeto Saúde Comunitária, como é usualmente denominado, foi criado com o objetivo principal de atuar na melhoria da qualidade de vida da população local, em particular no setor da saúde, visando criar condições e vínculos para um posterior envolvimento da população nos esforços pela conservação ambiental da APA de Guaraqueçaba.

O projeto, iniciado em 1994, constitui-se de três diferentes etapas ou fases, que têm em comum a fonte financiadora principal, a região de atuação e a idéia de que a melhoria das condições de vida da população local deve ser uma das vertentes do trabalho em prol da conservação da região de Guaraqueçaba.

Em sua primeira fase, que durou 20 meses, o projeto treinou agentes comunitários de saúde e organizou e conduziu grupos de mulheres para

discussão de questões relacionadas à saúde. As atividades dos agentes de saúde envolveram pessoas de diversas comunidades da região, enquanto os grupos de discussão aconteceram exclusivamente nas comunidades de Ilha Rasa.

Após interrupção de meio ano, o projeto foi retomado por outra equipe, em meados de 1996, com objetivo de viabilizar a implantação do sistema de abastecimento de água para a ilha, uma das principais demandas levantadas na etapa anterior do projeto. Depois de cerca de 18 meses de trabalho em parceria com outras instituições<sup>16</sup> e com participação efetiva das comunidades locais, o sistema foi oficialmente inaugurado.

No início de 1998, o Projeto Saúde Comunitária experimentou um período de menor atividade, no aguardo de definições relativas ao seu financiamento. Durante esta fase de “latência”, foram feitas avaliações do sistema de abastecimento de água, identificando-se pendências e necessidades de melhorias. Nesse período, verificou-se que as condições de solo e profundidade do freático da Ilha Rasa comprometem a eficácia dos sistemas tradicionais de tratamento de esgotos. Essa constatação definiu os rumos da terceira fase do Projeto Saúde, que estende-se do começo de 1999 até os dias atuais. Conduzida por outros técnicos, essa etapa tem como foco principal o desenvolvimento de alternativas para o tratamento de esgotos na ilha.

Apenas as duas primeiras fases Projeto Saúde – treinamento de agentes de saúde e formação de grupos de discussão e implantação do sistema de abastecimento de água – foram investigadas pelo projeto PALOMAP.

A partir de janeiro de 1998, desenvolveu-se na Ilha Rasa um novo projeto da SPVS, denominado Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa. Os técnicos de ambos os projetos interagem fortemente, buscando integrar as ações de cunho mais social do Projeto Saúde com as de caráter mais conservacionista do Projeto Papagaio.

<sup>16</sup> A implantação do sistema de abastecimento de água em Ilha Rasa foi viabilizada pela parceria entre SPVS, Fundação Vitae, Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (SANEPAR), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Prefeitura Municipal de Guaqueçaba.

## Quadro 6 – Síntese das ações do Projeto Saúde Comunitária

PRIMEIRA E SEGUNDA FASES – período ao qual foram aplicadas as perguntas-guia do Palo map				TERCEIRA FASE		
1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<p>Capacitação de agentes de saúde da APA de Guaraguapeira</p> <p>Saúde comunitária em Ilha Rasa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação de mulheres;</li> <li>- Organização da Associação de Moradores de Almeida e Ilha Rasa.</li> </ul>						
<p>Saúde comunitária em Ilha Rasa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção e implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e de módulos sanitários</li> </ul> <p>(Parceiros: SPAS, Fundação Vitis, SANEPAR, Prefeitura Municipal, FUNASA, Associações de Moradores e população em geral).</p>						
<p>Educação ambiental: realização de vários eventos, com adultos, jovens, crianças e mulheres, com temas variados, como saneamento básico/ambiental, manejo de recursos naturais, educação formal e informal.</p>						
				<p>Saúde comunitária em Ilha Rasa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização social (apoio ao associativismo);</li> <li>- Acompanhamento do autogestão do SAA e módulos sanitários.</li> </ul> <p>(Novos parceiros: INPESMA, CEFET, PUC/PR, IAPARL)</p>		
				<p>Articulação com o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa.</p>		
				<p>Pesquisas: meio físico, vegetação e socioeconomia</p>		
				<p>Preparação e execução dos encontros da Oficina do Caraguapé.</p>		
				<p>Façoletas produtivas.</p>		
				<p>Implantação dos primeiros módulos de tratamento de efluentes (ETE) com tecnologia alternativa.</p>		
				<p>Pesquisas: pesca artesanal e atualização sociocultural.</p>		
				<p>Encontros entre Associações de Moradores PR/SP</p>		

## PROJETO DE CONSERVAÇÃO DO PAPAGAIO-DE-CARA-ROXA

A proposta inicial do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa tinha enfoque principal em ações de educação ambiental e seu objetivo era *“contribuir para a conservação do papagaio-de-cara-roxa, estimulando a população local e turistas que freqüentam a região a apoiar e praticar medidas conservacionistas.”* (SPVS, Projeto Conservação do Papagaio-de-cara-roxa. Relatório Final. 1998)

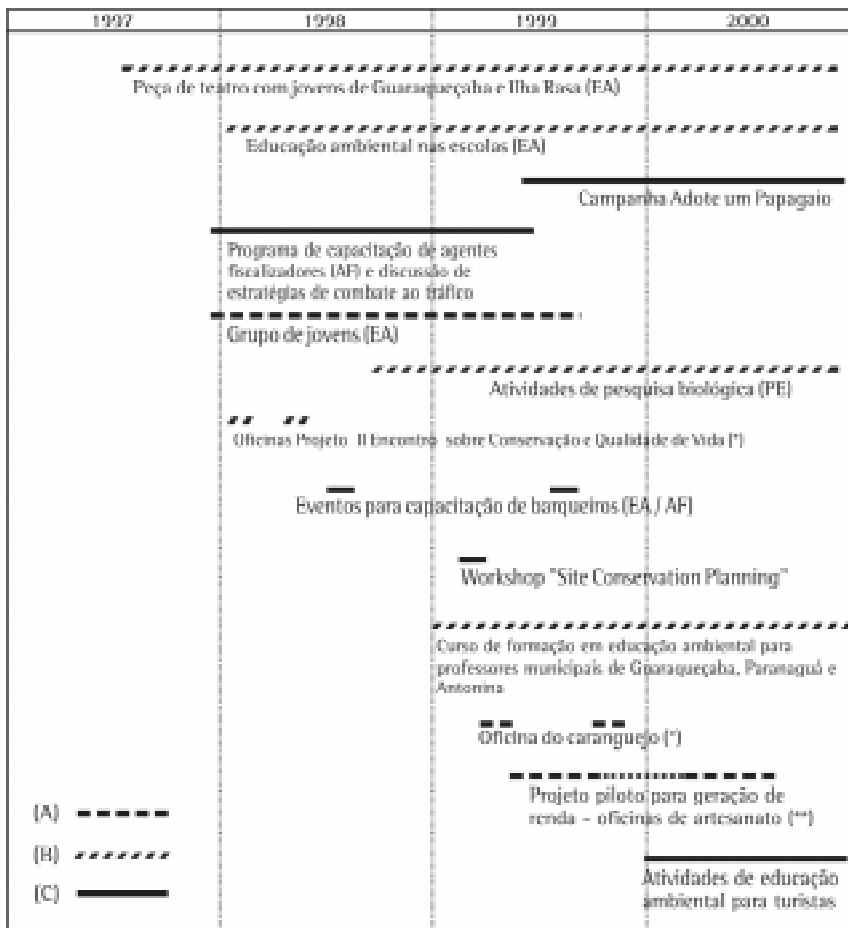
Este objetivo tomou maior corpo à medida em que o projeto foi se estendendo no tempo. Em livro publicado em 2002, no capítulo sobre o Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa, o objetivo do projeto é expresso da seguinte forma:

*“O objetivo principal é a proteção do papagaio-de-cara-roxa, assegurando a conservação de populações geneticamente viáveis, eliminando as ameaças de extinção e sensibilizando a sociedade para a preservação da espécie. Além disso, visa contribuir para a conservação da biodiversidade do maior remanescente da Floresta Atlântica, listada entre as áreas mais importantes para a preservação da biodiversidade do planeta.”* (Ecologia e Conservação de Psitacídeos no Brasil, 2002).

O projeto, lançado em dezembro de 1997 e com um o horizonte inicial de um ano, visava principalmente desenvolver em Ilha Rasa um modelo de trabalho que pudesse ser posteriormente levado a outras comunidades consideradas estratégicas do ponto de vista da conservação do papagaio-de-cara-roxa. Assim, entre dezembro de 1997 e dezembro de 2000, período investigado pelo PALOMAP, as atividades do projeto constituíram inúmeras frentes de trabalho, sendo as principais as voltadas à educação ambiental, à pesquisa biológica e ao desenvolvimento de alternativas de renda para a população local (ver Quadro 7).

Desde o início, as atividades do projeto foram concebidas e executadas de forma a integrar esforços com o Projeto Saúde Comunitária, e, em determinados momentos, o planejamento de ambos os projetos foi realizado em conjunto. Diversas ações destinadas a promover com os vários segmentos locais a discussão sobre o uso sustentável dos recursos naturais aconteceram em parceria pelos dois projetos.

Quadro 7 – Síntese das atividades do Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa (1997/2000). Os pontos de início e fim das iniciativas indicam datas aproximadas.



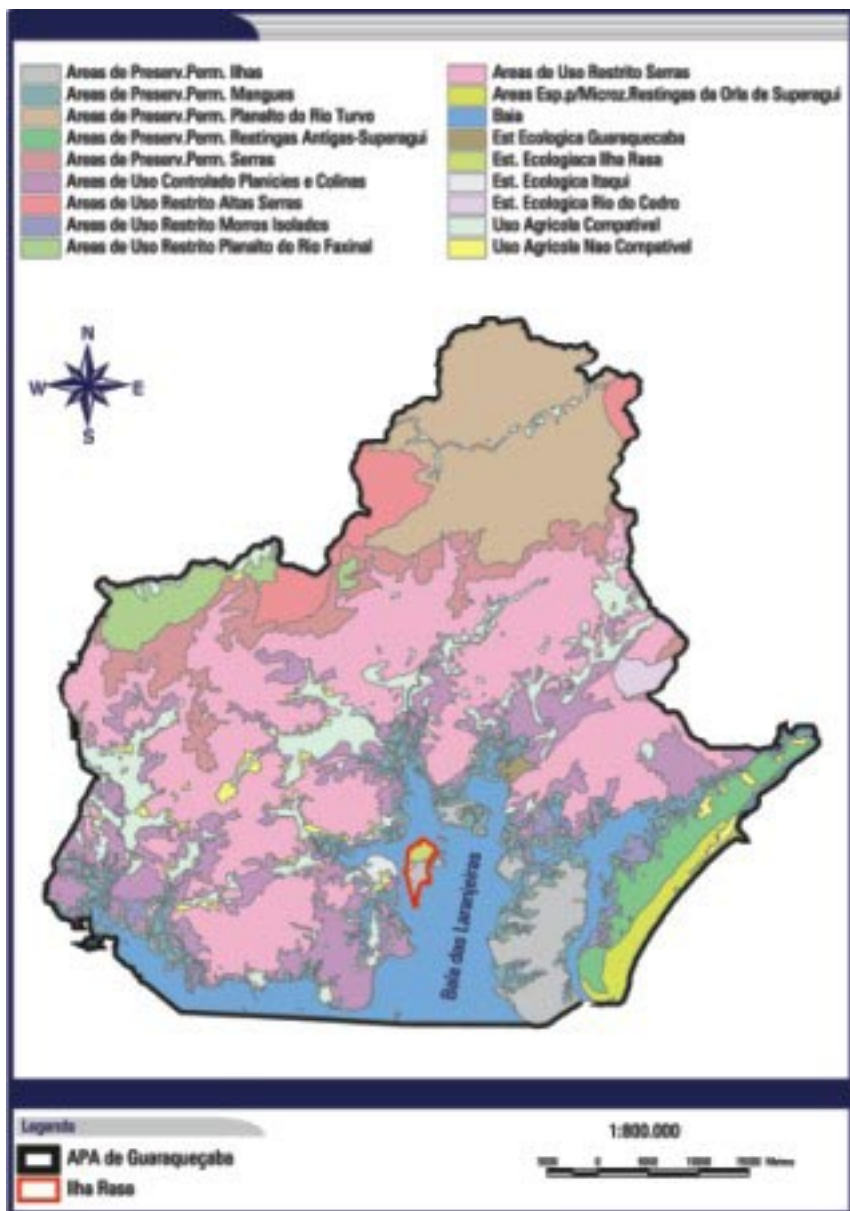
Barras (A) são iniciativas realizadas exclusivamente na Ilha Rasa. (B), indicam iniciativas realizadas na ilha e em outros locais, enquanto as (C) referem-se a iniciativas realizadas exclusivamente em outros locais e/ou com outros públicos que não as comunidades da Ilha Rasa.

As siglas EA, PE e AF representam respectivamente *Educação Ambiental*, *Pesquisa* e *Apoio aos Agentes de Fiscalização*, as três vertentes principais do projeto.





Mapa 1 - Localização da APA de Guaraqueçaba.

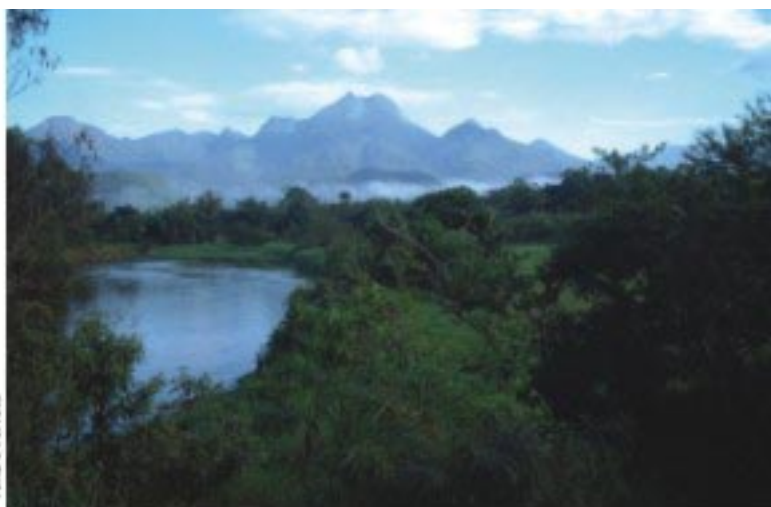


Mapa 2 - Zonas Ambientais da APA de Guaraqueçaba.



Mapa 3 - Localização da Ilha Rasa.

Având e Pericelli



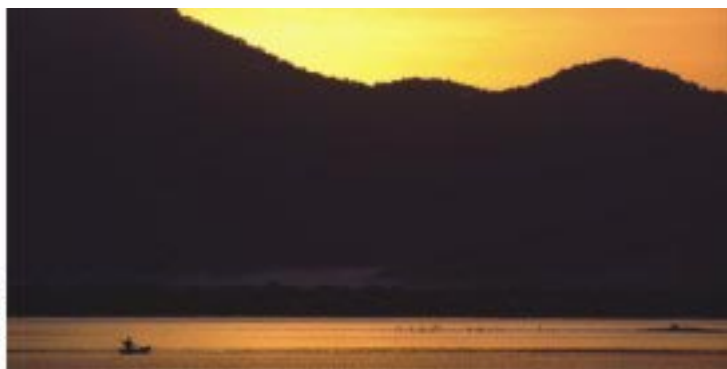
*Ambiente continental da APA de Guarapuça: rio Cachoeira, com montanhas de Serra do Mar ao fundo.*

Zig Koch



*Foto aérea da baía da Laranjeiras, mostrando Ilha Rasa em frente a foz do rio Caçada, área do projeto Reserva Natural Serra do Itaquí, da SPVS.*

Johns Müller



Rosanna de Mello



Zig Koch



*Cenas do ambiente estuarino da APA de Guaraqueçaba. A foto do meio foi tirada a partir da Ilha Rasa e mostra parte da baía das Laranjeiras, com as montanhas da Serra do Mar ao fundo.*

Zig Koch



*Papagaio-de-cara-roxa, espécie endêmica da região da APA de Guaraqueçaba e símbolo da atuação da SPVS no litoral paranaense.*

Rosanna de Medeiros



*Casas da vila de Ilha Rasa.*

Rosanna de Mello



*Habitantes da Ilha Rasa.*

Rosanna de Mello



*Habitantes da Ilha Rasa.*

Bosana de Mello



*Pôr do Sol em Ilha Rasa.*

Bosana de Mello



*Vegetação do ambiente de floresta da Ilha Rasa.*

PARTE 3

---

LIÇÕES APRENDIDAS

---



## PERGUNTAS GUIAS E LIÇÕES APRENDIDAS

O esforço analítico de responder às perguntas guias utilizadas em uma investigação PALOMAP gera aprendizados que extrapolam os limites da iniciativa ou projeto investigado. Muitas das “lições aprendidas” podem ser aplicadas a diferentes contextos e situações, o que faz delas uma real contribuição para o aprimoramento das iniciativas de conservação que envolvem participação local.

Após levantamentos, análises e reflexões, as perguntas guias utilizadas na investigação das iniciativas desenvolvidas em Ilha Rasa puderam ser transformadas em afirmativas cruciais, embora aparentemente óbvias, acerca da conservação participativa:

- **IMPACTOS** - Uma iniciativa participativa de conservação é bem-sucedida quando gera impactos que atendam simultaneamente a interesses ecológicos (inclusive quanto à não geração de novas ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade) e socioeconômico-culturais;
- **CONTEXTO LOCAL** - Desenho, execução e monitoramento de uma iniciativa participativa de conservação precisam basear-se no conhecimento e na compreensão do contexto local, incluindo seus aspectos sociocultural, econômico e político-institucional;
- **OBJETIVOS** - A relação entre os resultados esperados de uma iniciativa participativa e os objetivos de conservação tem de ser claramente estabelecida;
- **ESTRATÉGIAS** - As estratégias, em termos de tipo de iniciativa, alcance geográfico e duração, precisam ser adequadas tanto às ameaças ecológicas enfrentadas quanto ao contexto comunitário local;

- **MONITORAMENTO** - É fundamental que sejam planejadas e executadas ações para monitorar e avaliar a efetividade da iniciativa, tanto em termos da conservação, quanto da equidade dos resultados alcançados;
- **PARTICIPAÇÃO** - O tipo de participação tem influência sobre o sucesso ou insucesso da iniciativa, tanto do ponto de vista de sua eficácia conservacionista, quanto de sua equidade;
- **INSTITUIÇÃO** - Toda iniciativa participativa de conservação deve ser concebida dentro de um marco conceitual institucional claro e transparente (para a instituição executora, seus técnicos e a população local).

Paralelamente a essas assertivas derivadas das perguntas guias, uma série de outras lições foram recolhidas pelo PALOMAP a partir da experiência da SPVS em Ilha Rasa. Relacionadas à participação local (estratégias, metodologias e ferramentas participativas), mas também a outros aspectos intervenientes, algumas das “lições aprendidas” reiteram pontos já levantados nos trabalhos do Peru e do Equador, enquanto outras representam novas contribuições no âmbito do PALOMAP.

Antes, porém, de entrar nas lições propriamente ditas, é necessário estabelecer com clareza o conceito de *impacto*. Observa-se com relativa frequência certa confusão entre *impacto* e *resultado alcançado*, sendo esta confusão, muitas vezes, a principal causa da inadequação de processos de monitoramento e avaliação de projetos.

*Impacto é um “forte efeito, que impede ou força mudança”<sup>17</sup> da realidade.* Todo impacto, tanto positivo quanto negativo, é um resultado; nem todo resultado, entretanto, significa um impacto. Por isso, analisar impactos é diferente de analisar objetivos e resultados de uma iniciativa.

Por exemplo: se ao final de um processo de educação ambiental os participantes mostram maiores conhecimentos sobre conservação, isso certamente representa um resultado alcançado. Porém, se esses novos conhecimentos não provocarem alterações no quadro ambiental, seja em relação a problemas já existentes ou a ameaças potenciais, os impactos do processo de educação ambiental terão sido nulos em termos de conservação. O que não quer dizer que os resultados não sejam importantes; apenas que não provocaram, ainda, mudança na realidade.

A noção de impacto como mudança na realidade norteou as análises das quais resultaram as “lições aprendidas” apresentadas a seguir. Essas lições constituem, juntamente com as assertivas derivadas das perguntas guias, o produto mais importante do projeto PALOMAP.

<sup>17</sup> Dicionário Novo Aurélio Século XXI – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

## LIÇÕES RELACIONADAS A FATORES INTERVENIENTES DIVERSOS

Os resultados da participação local – e seu impacto sobre a eficácia das iniciativas participativas de conservação – decorrem, em boa medida, de fatores cuja relação com essas iniciativas nem sempre são diretos ou evidentes. O esquema da Fig. 2 (página 28) foi desenvolvido como uma ferramenta para organizar a análise desses fatores. Nele são mostrados diversos aspectos que, embora sem vinculação direta com estratégias, metodologias e ferramentas participativas, precisam ser levados em consideração na análise de iniciativas com participação local. Segundo a Fig. 2, esses diversos “fatores intervenientes” podem ser organizados em quatro blocos:

- Metodologia do projeto (1);
- Cenário (2);
- Instituição executora (3);
- Equipe responsável (4).

### 1. Fatores relativos à metodologia do projeto (desenho, execução e monitoramento da iniciativa)

#### Objetivos

- *Do ponto de vista da conservação, os objetivos de uma iniciativa participativa devem se referir a uma ameaça específica e claramente definida.*

A ausência de um objetivo de conservação claramente estabelecido predispõe à dispersão de estratégias e ações. Isso pode resultar tanto em uma atuação fragmentada, que não concentra esforços e recursos em um alvo específico, quanto na transformação da iniciativa conservacionista em uma iniciativa puramente de desenvolvimento. Em ambas as situações, os impactos para conservação tendem a ser pouco expressivos.

- *Os objetivos da iniciativa participativa de conservação devem refletir o resultado da negociação de interesses entre os diversos atores que dela participam.*

Os objetivos devem apresentar equilíbrio entre os benefícios esperados pela população (razão pela qual ela se dispõe a participar da iniciativa) e os resultados de conservação esperado pela instituição responsável pelo projeto (razão pela qual ela se dispõe

a investir na iniciativa) e por eventuais outros envolvidos. Sem o processo de negociação dos diferentes interesses, não se pode falar em iniciativa participativa de conservação, mesmo que a população local participe das atividades de dada iniciativa.

### Estratégias

- *A participação local é uma entre outras estratégias de conservação possíveis, e não solução para todo e qualquer problema ecológico.*

Observa-se, em geral, excesso de expectativas em relação à conservação participativa. É certo que a participação das populações locais deve sempre ser considerada, porém, em determinadas situações, a efetividade conservacionista de uma iniciativa participativa de conservação precisa ser aumentada com o desenvolvimento, em paralelo, de esforços em escala mais ampla, como por exemplo os relativos às políticas governamentais. E há ainda situações onde a adoção de mecanismos participativos é simplesmente inadequada, dada a natureza das ameaças e as características do contexto local, sendo que outras estratégias precisam ser empregadas.

- *A educação ambiental constitui uma estratégia de apoio às estratégias centrais das iniciativas participativas de conservação.*

A educação ambiental constitui a mais importante via de disseminação de conhecimentos e valores que contribuem para a melhoria das relações das pessoas com o seu meio, além de possibilitar a ampliação da consciência crítica das populações envolvidas. Porém, para que produza impactos efetivos, no contexto das iniciativas participativas de conservação a educação ambiental deve ser atrelada a outras estratégias mais mobilizadoras do interesse local, capazes, elas sim, de promover benefícios para os habitantes locais e ao mesmo tempo melhorar o manejo dos recursos naturais das áreas protegidas (POATS, 2000).

- *Em determinados contextos locais e/ou institucionais, a adoção de estratégias eficazes em uma iniciativa participativa de conservação pode exigir o estabelecimento de parcerias entre instituições.*

Em geral, uma instituição conservacionista não domina todas as áreas de competências necessárias para fazer frente à complexidade inerente à abordagem participativa da conservação, representadas na Fig. 3.

Em função disso, a eficácia de sua atuação demanda, muitas vezes, o estabelecimento de parcerias. O que exige, por sua vez, que as instituições envolvidas sejam capazes de expor claramente sua missão, seus valores e seus objetivos, de forma que possam ser discutidas similaridades e diferenças e encontrados os pontos comuns que permitiram a realização do trabalho conjunto. (MARGOLUIS Et SALAFSKY, 1998).

*Fig. 3 – Áreas de competência envolvidas na abordagem participativa da conservação*



Fonte: PALOMAP, Brasil, 2002.

## Monitoramento

■ *Apesar da compreensão das relações de causa-efeito e da adequação das estratégias e ações só ser possível a partir de um plano de monitoramento bem desenhado e executado, este permanece sendo um aspecto problemático nos projetos e iniciativas de conservação, dificuldade que parece aumentar no caso da conservação participativa.*

As causas dessas dificuldades estariam ligadas a inúmeros fatores:

- Dificuldades conceituais no entendimento da diferença entre resultados de processo e impactos;
- Falta de cultura organizacional de avaliação de resultados dentro das instituições executoras;
- Limitação de recursos (humanos e financeiros) para a realização das etapas prévias de levantamento de informações e cenários e desenho das iniciativas, com conseqüente fragilização do plano de monitoramento;

- Desconhecimento de ferramentas metodológicas para estabelecimento de indicadores e planos de monitoramento;
- Complexidade das iniciativas participativas de conservação;
- Falta de visão de resultados por parte das instituições financiadoras das iniciativas, que freqüentemente contentam-se com relatórios burocráticos, que não apresentam com clareza os impactos resultantes das ações financiadas.

## 2. Fatores relativos ao cenário no qual se desenvolve a iniciativa

- *O conhecimento limitado do contexto local induz, na maioria das vezes, a uma atuação do tipo “tentativa e erro”.*

A falta de conhecimento e compreensão do contexto local onera os custos da iniciativa e compromete o atingimento dos objetivos. A tentativa de implantação de iniciativas de conservação sem suficiente compreensão do contexto local decorre de um ou mais dos seguintes fatores:

- Falta de recursos para financiamento de etapa preliminar de levantamento de dados e informações;
- Pouca participação dos atores locais nas etapas de levantamento de dados e desenho da iniciativa.
- Desconhecimento de ferramentas metodológicas para realizar o levantamento e a análise de dados e informações;
- Equipes cuja composição privilegia determinado campo ou disciplina, em detrimento de uma maior interdisciplinaridade;
- Pouca experiência dos responsáveis pela condução da iniciativa;
- Adoção de pressupostos simplificadores sobre a realidade local, muitas vezes influenciados por posições ideológicas não questionadas com maior rigor investigativo;

## 3. Fatores relativos à instituição executora da iniciativa

- *Um projeto ou iniciativa não tem vida separada da instituição ou entidade que se propõe a realizá-lo, e os seus resultados muitas vezes refletem situações existentes no próprio campo institucional.*

Há uma relação direta entre como a participação é entendida e praticada dentro da organização e a forma como ela é trabalhada com a comunidade. Da mesma maneira, a capacidade de uma equipe em negociar objetivos e estabelecer acordos e parcerias no âmbito de uma iniciativa está relacionada ao grau de desenvolvimento dessa competência ao nível institucional.

- *A clareza com que uma instituição expressa e sustenta seu marco conceitual influi diretamente nas condições em que uma iniciativa participativa de conservação é realizada.*

A eficácia da atuação de uma instituição está diretamente relacionada ao nível de compreensão em torno do seu marco conceitual. Quando a visão e a missão organizacional, bem como as premissas que as sustentam, são compreendidas de forma razoavelmente compartilhada pelos seus membros e parceiros, reduzem-se os riscos de ambivalências, de atritos e de atuações contraditórias ou mesmo conflitivas. Válida para qualquer instituição e projeto, esta afirmativa assume, no âmbito complexo da conservação participativa, uma importância fundamental.

- *A realização de iniciativas de conservação com participação comunitária exige adequação de processos e recursos institucionais.*

Recursos financeiros: são necessários recursos para financiar iniciativas de mais longo prazo, com componentes que muitas vezes não se enquadram nas condições usuais de financiamento;

Recursos humanos: são necessárias competências interdisciplinares, que permitam uma compreensão sistêmica dos problemas e das soluções possíveis;

Planejamento: os processos de planejamento precisam ser eficazes, adequados à realidade dos cenários e suportados por processos institucionais consolidados;

Monitoramento e avaliação de resultados: a ausência ou pouca efetividade desses processos é um dos grandes responsáveis pela falta de resultados e impactos mais significativos em muitas iniciativas de conservação.

#### 4. Fatores relativos à equipe responsável pela iniciativa

- *A manutenção da atitude de aprendizagem contínua é condição indispensável para o sucesso de iniciativas participativas de conservação.*

Para perceber e compreender as especificidades próprias de cada cenário, as relações de causa-efeito entre ações e resultados, as armadilhas e oportunidades surgidas em cada situação, é preciso olhar para a realidade sem a rigidez de teorias e modelos pré-concebidos. Teorias e modelos devem apenas servir de referenciais, e nunca condicionar a interpretação dos fatos.

No nível institucional como no nível das pessoas que trabalham com iniciativas participativas de conservação, é preciso abertura para a aprendizagem contínua, o que inclui, além dos aspectos técnicos, a reflexão em torno de aspectos éticos e filosóficos, crenças e valores. A interdisciplinaridade contribui sobremaneira para o estabelecimento dessa condição.

## FATORES DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A PARTICIPAÇÃO LOCAL

- *No contexto da conservação, a participação local é um meio para se atingir determinados resultados, não um fim em si mesmo.*

Equipes e instituições que desenvolvem iniciativas participativas de conservação precisam ter clareza quanto aos objetivos últimos de seu trabalho. Se este trabalho se dá no campo da conservação (de recursos e sistemas naturais e da biodiversidade), o fim é a conservação, e a participação local é um meio para alcançá-la.

Isso, obviamente, não desqualifica iniciativas nas quais o desenvolvimento dos processos participativos constituem o objetivo maior a ser atingido, apenas alerta que nesse caso não se trata mais, primordialmente, de iniciativas de conservação.

- *A eficácia da participação comunitária como estratégia de conservação depende, em grande parte, da base social existente na comunidade onde se pretende desenvolver a iniciativa participativa de conservação.*

Dependendo das condições da base social local, o tempo que uma iniciativa com participação comunitária nas ações de conservação precisa para produzir resultados consistentes pode ser bastante longo. Nessas situações e dependendo do nível de risco a que estejam sujeitos recursos e sistemas naturais, outras estratégias de conservação devem ser adotadas em substituição ou em complementação à iniciativa participativa.

Quando implantadas em locais onde a base social não é suficientemente desenvolvida, as iniciativas participativas precisam prever investimentos em recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento do que pode ser chamado de “capital social” da iniciativa, que consiste na “capacidade dos grupos envolvidos de (a) negociar normas sobre a proteção e utilização dos recursos naturais, (b) cumprir essas normas e (c) nos casos de abuso, aplicar sanções de forma clara e transparente.” (PANUNCIO, 1999).

- *O uso de técnicas e ferramentas participativas não significa necessariamente que o processo nos quais elas são utilizadas seja de fato participativo.*

Em uma iniciativa de conservação, a participação pode acontecer dentro de um *continuum* que vai desde o tipo “coercitiva” (e aí pode-se mesmo questionar o uso do termo participação) até o tipo “autogerenciada” (conforme Quadro 4). Mais do que o uso de técnicas e ferramentas participativas, o que determina o quanto um processo é efetivamente participativo é a forma como se conduz a negociação prévia dos interesses das partes envolvidas; como são tomadas decisões; o sentido do fluxo de informações; e, finalmente, a propriedade das informações e conhecimentos produzidos.

Assim, por exemplo, uma iniciativa de educação ambiental na qual são utilizadas técnicas participativas para grupalização, levantamento de dados e transmissão de informações pode ser menos participativa do que se imagina, se as decisões estratégicas e operacionais são tomadas majoritariamente pelos agentes externos à comunidade; se na coleta de informações os moradores respondem a perguntas sem fazer novos questionamentos; se na transmissão de informações os agentes externos se colocam como detentores de um conhecimento a ser repassado unidirecionalmente para a população local; se novas informações e conhecimentos adquiridos no processo beneficiam prioritariamente os executores da iniciativa.

- *A participação local em uma iniciativa de conservação é mais efetiva quando a comunidade, ou parte dela, percebe que tal iniciativa trará benefícios concretos para os moradores do local.*

De forma geral, dada as condições de vida dentro ou no entorno das áreas protegidas, os moradores dessas comunidades têm interesse mais imediato nos seguintes tipos de benefícios: melhoria de renda, melhoria de infra-estrutura (água, eletricidade, telefone, estradas), serviços de saúde e educação.

Parecem ser mais eficazes as iniciativas cuja estratégia principal contempla, direta ou indiretamente, o atingimento de objetivos que claramente estejam relacionados a algum desses pontos. Estratégias voltadas ao *desenvolvimento de fontes alternativas de renda* e ao *melhor uso de recursos naturais* são particularmente mobilizadoras da participação local. A tipologia adotada pelo PALOMAP para classificar iniciativas participativas (Quadro 3) evidencia a necessidade de equilibrar objetivos de conservação com a obtenção de benefícios percebidos como tal pela população local.

- *Participação é processo que depende de tempo, de competências técnicas e, principalmente, de competências humanas.*

O estabelecimento de uma relação de confiança entre a comunidade e os representantes da(s) instituição(ões) interessada(s) na conservação exige presença e permanência no local de pessoas habilitadas a esse tipo de trabalho. O pessoal de campo deve deter conhecimento sobre os processos sociais e ter experiência em trabalhos com comunidades, além de adotar um conjunto de atitudes que facilite a aproximação e a superação das barreiras decorrentes das diferenças de cultura e de interesses. Finalmente, precisam ter sensibilidade para adaptar as metodologias e ferramentas existentes às condições específicas de cada situação, compreendendo que não existem fórmulas predefinidas, de uso geral, que definam como promover a participação comunitária.

- *O processo participativo implica, obrigatoriamente, a necessidade de gerenciamento de tensões e conflitos.*

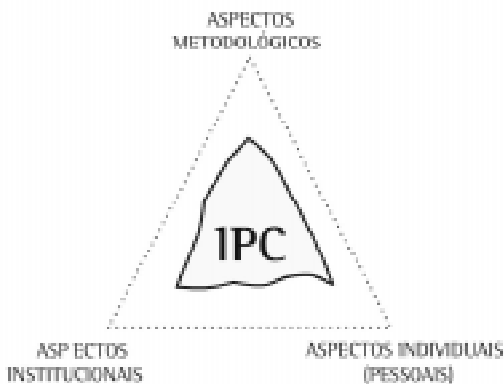
Situações de tensão e conflito estão inevitavelmente presentes, em maior ou menor grau, ao longo do desenvolvimento de iniciativas participativas de conservação. Seja porque essas situações já se encontram instaladas na comunidade, seja porque a própria dinâmica da participação comunitária nos esforços de conservação irá fazê-las surgir. Saber lidar com essas situações é uma das principais competências exigidas para o desenvolvimento de tais iniciativas.

A tensão e o conflito são minimizados quando a etapa prévia de negociação de interesses é conduzida de maneira a permitir que cada uma das partes exponha com clareza suas posições em relação aos pontos mais polêmicos e delicados da relação que se pretende estabelecer. A partir daí poderão ser melhor negociados os benefícios a serem obtidos pelas partes, as regras que condicionam a obtenção de tais benefícios, as formas de controle e as medidas de sanção aplicáveis quando uma das partes descumprir o acordado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do projeto PALOMAP realizado com base nas iniciativas da SPVS em Ilha Rasa era investigar os aspectos puramente metodológicos da questão conservação X participação comunitária. Entretanto, as análises e reflexões realizadas ao longo do processo mostraram que os aspectos institucionais e pessoais têm reflexos diretos sobre a concepção e execução de iniciativas participativas de conservação e que uma mesma iniciativa tem encaminhamentos e resultados diferentes se conduzida por pessoas ou instituições diferentes. Assim, a realização de uma iniciativa participativa de conservação implica na necessidade de se gerenciarem, além de complexos aspectos metodológicos, os aspectos institucionais e pessoais envolvidos.

*Fig. 4 - Ângulos a partir dos quais uma iniciativa participativa de conservação pode ser avaliada.*

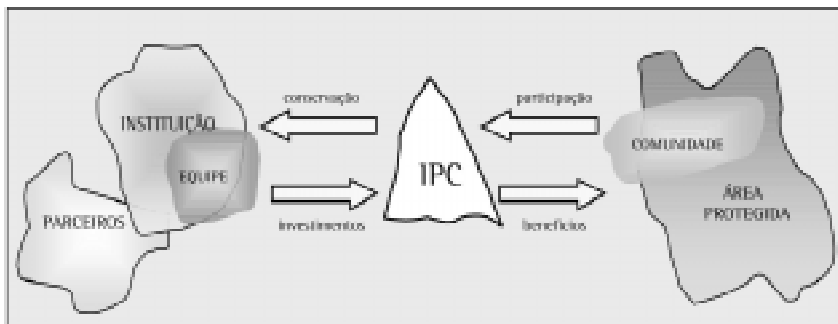


Com relação aos aspectos metodológicos, as investigações do projeto PALOMAP apontam para o fato de que a difusão da idéia da participação local como estratégia chave de projetos e iniciativas de conservação não tem sido acompanhada em igual grau pela capacitação dos agentes executores dessa estratégia. Uma das principais conseqüências desta defasagem consiste na compreensão muitas vezes inadequada do que é – e do que não é – uma iniciativa participativa de conservação (IPC).

Ao final do estudo PALOMAP do Brasil, ficou claro que só se pode falar em iniciativa participativa de conservação *quando e se*:

- Uma instituição/equipe estabelece claros objetivos de conservação, que envolvem determinada comunidade e determinada área que se deseja proteger;
- Essa instituição/equipe faz investimentos no sentido de alcançar esses objetivos, por meio do aporte de recursos financeiros e humanos;
- A comunidade envolvida percebe que a iniciativa pode trazer benefícios que estejam, de alguma maneira, diretamente relacionados aos seus interesses;
- Existe um processo de negociação entre os interesses da instituição (conservação) e os da comunidade (em geral benefícios como geração de renda, saúde, educação e infra-estrutura);
- Existe a participação da comunidade no planejamento e na execução das atividades, bem como no monitoramento dos resultados da iniciativa, sendo que essa participação pode ocorrer em diferentes níveis;
- Os interesses e os investimentos de ambas as partes, instituição e comunidade, são mantidos em equilíbrio dinâmico, em processo contínuo de negociação e aprendizagem.

*Fig. 5 – Elementos que constituem uma iniciativa participativa de conservação (IPC). A ausência de qualquer destes elementos determina outro tipo de iniciativa*



Fonte: PALOMAP, Brasil, 2000.

Finalmente, quanto aos aspectos institucionais e pessoais envolvidos na conservação participativa, as análises e reflexões do PALOMAP reforçam a importância da *transparência* de intenções, objetivos e valores, condição fundamental para alimentar a confiança entre instituições, técnicos e comunidade, condição indispensável para o sucesso de uma iniciativa participativa de conservação.

Nas negociações em torno da participação local vale sempre recordar uma das regras de ouro da justiça: “*em todo contrato e em toda troca ponha-se no lugar do outro, mas com tudo o que você sabe e, supondo-se tão livre de necessidades quanto um homem pode sê-lo, veja se, no lugar dele, você aprovaria essa troca ou contrato.*” (COMTE-SPONVILLE, 1996).

Como toda questão ética, essa “regra” não torna mais fácil a execução de nenhum projeto ou iniciativa, mas deixá-la de lado, seja pela razão que for, é simplificar de forma insustentável a realidade.



*Encontro do projeto PALOMAP, realizado em outubro de 2001 na cidade de Paranaguá, no qual estiveram presentes moradores da Ilha Rasa, técnicos da SPVS e representantes de instituições que participaram das iniciativas analisadas pelo PALOMAP.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, P., POATS, S., GALVIN, T. & TITUAÑA, M. Microempresas comunitarias creadas como iniciativas de conservación: Estudios de caso de la Reserva Ecológica Cayambe-Coca. Quito, Ecuador: The Nature Conservancy, 2001.

BROWN, Michael & WYCKOFF-BAIRD, Barbara. El Diseño de Proyectos integrados de Conservación y Desarrollo. Washington, D.C.: Programa de Apoyo a la Biodiversidade, 1992.

Caminhos e aprendizagens: educação ambiental, conservação e desenvolvimento. Coordenação: Irineu Tamaio e Denise Carreira. Brasília: WWF Brasil, 2000.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

Ecologia e conservação de psitacídeos no Brasil. Organizadores: Mauro Galetti e Marco A. Pizo. Belo Horizonte: Melopsittacus Publicações Científicas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Zoneamento da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: IPARDES, 2001.

KARAM, Karen F. & TOLEDO, K. Verônica. Caracterização sócio-econômica-cultural da APA de Guaraqueçaba. Curitiba, 1996. Consultoria para o Zoneamento da APA de Guaraqueçaba, convênio IPARDES/IBAMA.

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais na APA de Guaraqueçaba. In: Cadernos do Litoral 2. Curitiba: SPVS/FNMA, 1999.

\_\_\_\_\_. Situação fundiária da APA de Guaraqueçaba: um olhar privilegiado sobre a população tradicional, in, Cadernos do Litoral 3. Curitiba: SPVS/FNMA, 2000.

MARGOLUIS, R. A. & SALAFSKY, N.N. Designing, managing, and monitoring conservation and development projects. Washington, DC: Island Press, 1998.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2000.

MORIN, Edgar. Os sete saberes fundamentais necessários à educação do futuro. Brasília: UNESCO, 2002.

MOURE, Julio & PEÑA, Marta. Vinte meses em Guaraqueçaba. Guaraqueçaba, agosto de 1995. Relatório Interno SPVS.

Pensamento Ecológico. Organizado por Frank de Roose e Philippe Van Parijs. São Paulo: Imaginário, 1997.

POATS, Susan, ULFELDER, William, RECHARTE, Jorge & SCURRAH-EHRHART, Cecilia. Construyendo la conservation participativa en la Reserva Ecológica Cayambe-Coca, Ecuador: Participación Local em el manejo de Áreas Protegidas (PALOMAP). Quito: The Nature Conservancy / Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2000.

SARAVIA, Oscar M. N. El comanejo y la participación de la sociedad civil en las áreas protegidas de Centroamérica. Guatemala: Fundación Defensores de la Naturaleza, 2000.

SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. Plano Integrado de Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Curitiba: SPVS, 1992.

\_\_\_\_\_. Programa Guaraqueçaba. Relatório Anual 1992. Curitiba: SPVS, 1993. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Programa Guaraqueçaba. Relatório operacional nº 2. Curitiba: SPVS, novembro 1993. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Plano Estratégico para 1993. Programa Guaraqueçaba. Curitiba: SPVS, 1993. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto apoio ao programa para a conservação da região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório Anual 1993/1994. Curitiba: SPVS, abril 1994. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Informe de Trabalho – fevereiro/maio 1994. Curitiba: SPVS, maio 1994. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório Operacional nº 1. Curitiba: SPVS, agosto 1994. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório de Atividades – agosto – outubro 1994. Curitiba: SPVS, 1994. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Comunidades Pesqueiras da APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sociocultural. Convênio SPVS/IBAMA (PNMA/UC). Relatório de Pesquisa. Curitiba: SPVS, 1994.

\_\_\_\_\_. Guaraqueçaba: 29 meses de convivência. Relatório Bianual de Atividades, por Mario Sergio Michalizen. Curitiba, 1994.

\_\_\_\_\_. Síntese da Problemática – Programa Guaraqueçaba. São Paulo: SPVS, junho 1994. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Programa Guaraqueçaba. Análise de Desempenho 1994. Curitiba: SPVS, janeiro 1995. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório operacional nº 2 – fevereiro 1994 – março 1995. Curitiba: SPVS, 1995. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório setembro 1995. Curitiba: SPVS, 1995. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais da APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sociocultural. Convênio SPVS/IBAMA (PNMA/UC). Relatório de Pesquisa. Curitiba: SPVS, 1995.

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, educação e conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório Operacional. Curitiba: SPVS, abril 1996. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Programa Floresta Atlântica – Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório de atividades janeiro 1995 – março 1996. Curitiba: SPVS, julho 1996. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto apoio ao Programa para a Conservação da Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório de Atividades janeiro 1995 – março 1996. Curitiba: SPVS, julho 1996. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório final – etapa I - janeiro 1995/janeiro 1997. Curitiba: SPVS, abril 1997. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Água em Ilha Rasa. Cartilha Educativa. Curitiba: SPVS, 1997.

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório anual 1997. Curitiba: SPVS, 1998. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto II Encontro sobre Conservação e Qualidade de Vida na APA de Guaraqueçaba. Relatório Final (vol. 1 e 2). Curitiba: SPVS, 1998. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Base Conceitual e Plano de Ação para a Conservação da Espécie *Amazonas brasiliensis*. Curitiba: SPVS, 1998. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório anual 1998. Curitiba: SPVS, 1999. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa. Relatório Final. Curitiba: SPVS, 1998. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Dossiê. Curitiba: SPVS, 1998. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Oficinas Piloto de Artesanato como Alternativa à Conservação e Aumento de Renda para as Comunidades de Ilha Rasa. Curitiba: SPVS, 1999. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa. Relatório técnico. Curitiba: SPVS, 1999. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Cadernos do Litoral – 2. Curitiba: FNMA, 1999.

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório anual 1999. Curitiba: SPVS, 2000(1). (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Atlas Ambiental da APA de Guaraqueçaba. Curitiba: SPVS/PROBIO, 2000 (2).

\_\_\_\_\_. Cadernos Comunitários, Ilha Rasa. Curitiba: SPVS (PROBIO), Secretaria de Educação e Cultura de Guaraqueçaba, 2000(3).

\_\_\_\_\_. Projeto Saúde Comunitária, Educação e Conservação para a Região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. Relatório anual 2000. Curitiba: SPVS, 2001. (Publicação Interna)

\_\_\_\_\_. Conservação ambiental e “seqüestro de carbono”. Cartilha educativa Curitiba: SPVS, 2001.

TNC. The Nature Conservancy. Community, Education & Conservation Programs in the Guaraqueçaba Region, Brazil. A Proposal From the The Nature Conservancy to Johnson & Johnson Corporation. Washington:TNC, 1993. (Publicação Interna)

TROYA, Roberto & ARROYO, Paulina. Participación local em la conservación de áreas naturales y protegidas del Ecuador – aspectos legales. Arlington, Virginia: The Nature Conservancy, 2001.

Unidades de Conservação: atualidades e tendências / organizador Miguel S. Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

WELLS, Michael & BRANDON, Katrina. People and Parks – Linking Protected Area Management with Local Communities. Washington, D.C.: The World Bank, 1992.



